UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS EM REDE - MESTRADO PROFISSIONAL

Ana Lúcia dos Santos

A [TRANS] FORMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EDUCADORES E COGESTORES ESCOLARES

Santa Maria, RS
2019

Ana Lúcia dos Santos

A [TRANS] FORMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EDUCADORES E COGESTORES ESCOLARES

Dissertação, apresentada ao curso, de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede, área de concentração em Tecnologias Educacionais em Rede para Inovação e Democratização' da Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Tecnologias Educacionais em Rede**.

Orientadora: Profª. Drª. Karla Marques da Rocha

Santa Maria, RS
2019

dos Santos, Ana Lúcia
A [trans] formação dos funcionários da educação básica em educadores e cogestores escolares / Ana Lúcia dos Santos.- 2019.
100 p.; 30 cm

Orientadora: Karla Marques da Rocha
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede, RS, 2019

1. Programa Profuncionário 2. Educação a Distância 3. Tecnologias Educacionais em Rede 4. Formação continuada 5. Educação Básica I. Marques da Rocha, Karla II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Ana Lúcia dos Santos

A [TRANS] FORMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EDUCADORES E COGESTORES ESCOLARES

Dissertação, apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede, área de concentração em Tecnologias Educacionais em Rede para Inovação e Democratização' da Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Tecnologias Educacionais em Rede**.

Aprovada em 28 de agosto de 2019.

_____
Karla Marques da Rocha, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Carla Cristiane Costa

_____
Carla Cristiane Costa, Dra. (IFFar)

_____
Aruna Noal Correa, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

A minha essência define-se por meio da relação que estabeleço com o mundo e, com as pessoas com quem convivo. Sem estas pessoas, nada seria possível.

Com carinho, minha gratidão:

Aos meus pais Floriano e Maria Alzira, que me ensinaram a ter fé e acreditar num mundo melhor, possível pelo diálogo e respeito aos outros.

Meu esposo Roberto por todo amor, companheirismo e compreensão a cada dia vivido junto.

Aos filhos Débora e Murilo e genro João Almiro, pelo aprendizado constante que a maternidade permite, pelo amor incondicional e pela amizade verdadeira que temos.

Aos colegas/amigos Jean Oliver Linck e Luciane da Silveira Brum Oliveira, pelo incentivo para o meu retorno aos estudos acadêmicos, e por fazerem com que eu acreditasse na minha capacidade para a realização desse Mestrado. Ao Jean especialmente pelos inúmeros auxílios técnicos, aos quais sempre atendeu imediatamente. Meu reconhecimento e gratidão por fazer parte do meu círculo de colegas e amigos.

Às colegas/irmãs Carine, Tânia, Angélica e Cleonice que há anos compartilham comigo a experiência da Gestão Escolar Pública e com quem aprendo diariamente.

A todos os alunos e colegas da Educação Básica Pública de Ensino, que nesses mais de 30 anos de profissão, contribuíram e contribuem para a minha constituição enquanto ser humano e profissional.

Meu agradecimento a todos os colegas de curso que fizeram valer a pena cada momento de encontro e estudos, mas em especial às colegas Alice, Lovaina, Gabriele e Cíntia, das quais jamais esquecerei pelo carinho (com a colega veterana) parceria e amizade de todas as horas. Que possamos sempre nos encontrar para um cafezinho.

À minha orientadora, professora Karla Marques da Rocha, por sua orientação, paciência, incentivo, carinho e amizade, mas principalmente por sua compreensão e ensinamentos. Muito Obrigada!

Às professoras Aruna Noal Correa e Carla Cristiane Costa e Eliane Rela pelo aceite para compor a banca e, também, por suas contribuições.

A DEAD do Instituto Federal Farroupilha que, muito antes desta dissertação, confiou e acreditou em mim para a coordenação de cursos do Programa Profuncionário, sem que eu tivesse qualquer experiência na área de Gestão de Educação a Distância.

A todos que atuaram comigo no Profuncionário no IFFar, presencial ou virtualmente, minha gratidão por todo carinho e atenção dispensado aos nossos estudantes e por participarem dos riquíssimos momentos de formações, reflexões e diálogos.

Aos incansáveis e pacenciosos Adriano e Fabrício da Web TV do IFFar pela disposição e ajuda com o vídeo documentário.

Aos estudantes dos cursos do Profuncionário – IFFar, especialmente as turmas de Multimeios Didáticos de 2017/2019 que participaram dessa pesquisa-ação meu agradecimento especial.

Minha essência nesta dissertação tem um pouco de cada um de vocês; os receios, as angústias, as reflexões, as sugestões, os sonhos e os desafios sempre foram e sempre serão fundamentais para a história. A nossa história, de luta permanente para que um dia todos os educadores escolares saiam da invisibilidade. Sigamos motivados, apesar das adversidades.

Muito obrigada de coração!

RESUMO

A [TRANS] FORMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EDUCADORES E COGESTORES ESCOLARES

AUTORA: Ana Lúcia Dos Santos
ORIENTADORA: Karla Marques da Rocha

A presente pesquisa desenvolvida na linha de pesquisa de Gestão em Tecnologias Educacionais em Rede faz parte do Programa de Pós-graduação em Tecnologias Educacionais em Rede (PPGTER) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Área de Concentração de Tecnologias Educacionais em Rede para Inovação e Democratização da Educação, objetivando investigar se ocorre mudança de ação dos estudantes de um curso da educação a distância (EaD) no âmbito do Programa Profuncionário. Trata-se de estudo investigativo e interpretativo de abordagem qualitativa. A pesquisa analisou as potencialidades de desenvolvimento do protagonismo e da emancipação dos sujeitos envolvidos, por meio de observação de atividades no Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem (AVEA), questionários e gravação audiovisual com relatos dos estudantes. Os participantes deste estudo são funcionários de escola, estudantes do Curso Técnico em Multimeios Didáticos ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha. O estudo fundamenta-se nas reflexões sobre a formação dos funcionários da educação, na educação virtual e na epistemologia da mediação pedagógica na EaD, partindo de autores como Baumann, (2010); Consani, (2008); Demo, (1999); Monlevade, (2005); Moreira, (2016); Morin, (2000); Primo,(2007); Josso, (2004; 2009); Kenski, (2013); Freire, (1983; 1979; 1997; 2005); em diálogo com Manual de Orientações Gerais - Brasil, (2009; 2014; 2017), dentre outros. Com a análise da práxis das ações educativas mediadas pelas tecnologias educacionais em rede, evidenciamos o Profuncionário e a EaD como potencializadores de mudança de ação funcionários escolares que se transformam em educadores e cogestores. Como resultado final da pesquisa elaborou-se um vídeo/documentário. Compreendemos a importância da divulgação da pesquisa para disseminação das informações e que outros profissionais da área possam, quem sabe, valer-se desta produção.

Palavras-chave: Programa Profuncionário. Tecnologias Educacionais em Rede. Educação Básica Formação inicial e continuada.

ABSTRACT

[TRANS] FORMATION OF BASIC EDUCATION OFFICERS IN SCHOOL EDUCATORS AND CO-MANAGERS

AUTHOR: Ana Lúcia Dos Santos
ADVISOR: Karla Marques da Rocha

This research developed in the research line of Management in Networked Educational Technologies is part of Graduate Program in Networked Educational Technologies (PPGTER), from Federal University of Santa Maria (UFSM), in the Area of Concentration of Educational Technologies in Network for Education Innovation and Democratization, aiming to investigate if there is a change of action of the students of a distance education course (DE) in the scope of the Professional. The research analyzed the potentialities of development of the protagonism and emancipation of the subjects involved, through observation of activities in the Virtual Learning Environment (AVEA), questionnaires and audiovisual recording with student reports. Participants in this study are school officers, students of the Technical Course on Didactic Multimedia offered by the Federal Institute Farroupilha. The study is based on reflections on the training of education officers,in virtual education and in the epistemology of pedagogical mediation in DE, from authors such as Baumann, (2010); Consani, (2008); Demo, (1999); Monlevade (2005); Moreira, (2016); Morin, (2000); Primo, (2007); Josso, (2004; 2009); Kenski, (2013); Freire, (1983; 1979; 1997; 2005); in dialogue with the General Guidelines Manual - Brazil, (2009; 2014; 2017), among others. With the analysis of the praxis of educational actions mediated by networked educational technologies, we evidence the Professional Program and the de as potentializers of action change in school officers who become educators and co-managers. As a finalresult of the research a video / documentary was produced. We understand the importance of research dissemination for information disclosure and that other professionals in the area may, perhaps, use this production.

Key words: Profuncionário Program. Networked Educational Technologies. Basic Education. Initial and continuing training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação Teoria e Prática..... 22
Figura 2 – Cruzamentos dos núcleos de formação..... 38
Figura 3 – Abertura de turmas/ano – Programa Profuncionário – IFFar..... 43
Figura 4 – Motivos de Evasão no Curso Técnico em Multimeios Didáticos – Turma 2017/2019 do IFFar..... 44
Figura 5 – Total de concluintes dos Cursos Profuncionário/IFFar..... 45
Figura 6 – Fluxograma da Metodologia da Pesquisa..... 49
Figura 7 – Função exercida na escola..... 55
Figura 8 – Formação inicial dos sujeitos da pesquisa..... 56
Figura 9 – Percepção de autonomia desenvolvida enquanto estudante EaD..... 62
Figura 10 – Mapa mental mudança de postura diante dos colegas em formação..... 64
Figura 11 – Eixos de relações estabelecidas entre teoria e prática..... 66
Figura 12 – Experiência com a Prática Profissional Supervisionada (PPS). 69
Figura 13 – Excertos das narrativas sobre mudança de postura..... 71
Figura 14 – Elaboração do Memorial Reflexivo..... 72
Figura 15 – Orientações Atividade de PPS 1..... 74
Figura 16 – A reflexividade crítica……. 76
Figura 17 – Organização do Memorial Reflexivo..... 77
Figura 18 – Etapas da Pesquisa-ação..... 82
Figura 19 – Vídeo na rede de internet..... 83

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Quadro geral das disciplinas conforme formação específica..... 39
Tabela 2 – Resumo do processo de Avaliação..... 40
Quadro 1 – Critérios de análise para observação de atividade no AVEA..... 51
Quadro 2 – Critérios de Análise para a seleção dos relatos/depoimentos.... 52
Quadro 3 – Excertos dos Memoriais Reflexivos analisados..... 78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVEA – Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem
CEAD – Coordenação de Educação a Distância
CEB – Câmara de Educação Básica
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CES – Câmara de Educação Superior
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNTE – Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação
DEAD – Diretoria de Educação a Distância
EaD – Educação a Distância
IF – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
IFFar – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha
MEC – Ministério da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE – Plano Nacional de Educação
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPS – Prática Profissional Supervisionada
PROFUNCIONÁRIO – Programa de Formação em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino
ProUni – Programa Universidade para Todos
RS – Rio Grande do Sul
SEB – Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação
SETEC – Secretaria da Educação Profissional e Tecnicológica
TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
UAB – Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 14
2.1 A SOCIEDADE DIGITAL PROVOCANDO MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO 14
2.2 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM AUTÔNOMA 19
2.3 (RE)CONFIGURAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR POR INTERMÉDIO DA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA 23
2.4 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL: LEGISLAÇÃO, HISTÓRIA E REALIDADE 27
3 O PROGRAMA PROFUNCIONÁRIO 32
3.1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA PROFUNCIONÁRIO 32
3.1.1 Objetivos e princípios do Profuncionário para a formação do técnico em educação 33
3.1.2 Estrutura Curricular dos Cursos do Profuncionário 37
3.1.3 Processo de avaliação 40
3.2 PROFUNCIONÁRIO NO IFFAR: ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DOS CURSOS. 42
3.2.1 Organização Geral da EaD no IFFar 42
3.2.2 O Profuncionário no IFFar 43
4 METODOLOGIA DE PESQUISA 46
4.1 ESPAÇOS DE PESQUISA 47
4.2 ETAPAS DA PESQUISA 48
4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS 50
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 53
5.1 QUESTIONÁRIO INICIAL 53
5.1.1 Os sujeitos pesquisados: características gerais 53
5.1.2 Características dos estabelecimentos de ensino, da carga horária, tempo de atuação e da função profissional dos sujeitos da pesquisa 54
5.1.3 Quanto ao nível de formação dos pesquisados e o Curso Técnico em Multimeios Didáticos 56
5.2 QUESTIONÁRIO FINAL: OS PRINCÍPIOS DO PROFUNCIONÁRIO E SEU ALCANCE 61
5.3 OBSERVAÇÕES NO AVEA: PPS E MEMORIAL REFLEXIVO 73
5.3.1 Gravação de Relato de experiências formativas- PPS 74
5.3.2 Observação de Memorial Reflexivo 77
5.4 ANÁLISES DOS VÍDEOS DOS ESTUDANTES 80
6 PRODUTO FINAL: PRODUÇÃO DE VÍDEO DOCUMENTÁRIO 81
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 84
REFERÊNCAS 86
APÊNDICES 90

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho situa-se na área de conexão entre a educação a distância e a educação básica. Aborda a formação dos funcionários da área da educação, por meio das tecnologias educacionais em rede. Engloba, portanto, a educação por meio de mediação tecnológica, por compreender sua contribuição para a democratização e a inovação do processo de ensino-aprendizagem. O tema constitui-se em Política Pública de Formação e Valorização Profissional em Serviço dos Funcionários de Escolas da Educação Básica, na perspectiva da cogestão escolar. Para tanto, esse estudo propõe refletir acerca da concepção de sociedade digital, gestão democrática, autonomia e emancipação dos sujeitos, envolvidos com o Programa Profuncionário, mais especificamente estudantes do curso técnico em Multimeios Didáticos, na modalidade de Educação a Distância (EaD) do Instituto Federal Farroupilha.

Sabemos que o surgimento das inovações tecnológicas tem afetado consideravelmente as relações sociais, profissionais e educacionais. Fato que vem exigindo do sistema educacional e seus ambientes educativos, atualizações constantes e que abrange transformações estruturais e de concepções pedagógicas e epistemológicas. Destacando-se, nos últimos anos, no meio educacional, a busca incessante por ampliação do conhecimento teórico-prático relativo ao ensino mediado e/ou apoiado pelas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

Sendo assim, cabe-nos entender o estabelecimento da relação didático-pedagógica a distância, com a utilização das tecnologias educacionais em rede, para a promoção de mudança de ação dos sujeitos, uma vez que se pretende ampliar cada vez mais as percepções de espaço e agente educativo.

Partindo dessa premissa, e com a intenção de abordar a complexidade de desenvolvimento de um programa da proporção do Profuncionário, surge nossa principal questão de pesquisa: em que medida esse programa de formação profissional possibilita mudança de ação dos seus estudantes, funcionários de escolas da educação básica?

Para responder a este questionamento, buscamos investigar a mudança de ação dos estudantes de um curso de formação de profissionais da educação, ofertado a distância e relacionado com as Tecnologias Educacionais em Rede. Para

tanto, especificamente planejou-se mapear o perfil dos estudantes envolvidos na pesquisa, analisar desafios e potencialidades do ensino-aprendizagem transformador e emancipador na modalidade de EaD e com a utilização das Tecnologias Educacionais em Rede, além de elaborar uma produção audiovisual em formato de vídeo documentário com relatos dos estudantes.

Com base em estudos anteriores, os quais revelam que [...] “a incorporação das TIC às atividades docentes não é, necessariamente, um fator transformador e inovador das práticas educacionais” (COLL; MAURI; ONRUBIA, 2010, p. 87), percebemos que a inserção das TDIC nas atividades educacionais não é fator suficiente para que ocorram mudanças de atitudes e comportamentos em seus sujeitos. Frente a esse apontamento, o Profuncionário, tendo como paradigma transversal a práxis emancipatória e a possibilidade de compreensão do processo de desenvolvimento do protagonismo e da emancipação dos sujeitos, em seu contexto de atuação profissional, visa por meio da EaD, instituir um Ambiente Virtual de Ensino-aprendizagem (AVEA), potencializando meios para auxiliar na formação de autonomia. Com isso, este estudo vem propor o revelar de novas e diferentes atitudes dos estudantes (funcionários de escolas), incentivadas possivelmente pelo reconhecimento aprofundado do ambiente de trabalho, investigação, reflexão e autoavaliação, propostas no desenvolvimento das atividades do curso.

Essas percepções necessitam virem acompanhadas de outras extensões, como a intervenção de novos atores, espaços e metodologias no processo educativo a distância. Processo este que envolve um público adulto e trabalhador, como é o caso dos estudantes que buscam formação profissional técnica nos cursos do Programa Profuncionário. Programa este, resultante de ações da Rede e-Tec Brasil, para implementação da Política Pública de Formação e Valorização dos Profissionais - funcionários de escola, da Educação Básica.

Inicialmente a motivação para esse estudo surge numa justificativa de nível pessoal, embasada na curiosidade e na trajetória de vida da pesquisadora que cursou a maior parte de sua formação profissional em cursos semipresenciais e a distância, tornando-se assim, professora e gestora de escola. Posteriormente alia-se a essa motivação, o fato de atuar com a modalidade de Educação a Distância, enquanto Coordenadora do Curso Técnico em Multimeios Didáticos - Programa Profuncionário, no Instituto Federal Farroupilha.

Na esfera social, justifica-se esse estudo, pelo contexto natural de tratamento de temas relacionados à formação integral dos sujeitos. Temas de relevância à sociedade, trazendo à tona e socializando experiências reais de formação da própria autonomia e emancipação, resultando em formação de cidadania, a qual tende a qualificar o contexto educacional. Além do valor imensurável de resgate da identidade e dignidade dessa classe trabalhadora, por longo período de tempo, ignorada em sua real importância para o contexto educacional. Mas, sobretudo, na potencialidade temática para a academia, nos quesitos: o processo de formação humana como patrimônio da humanidade e o ensino-aprendizagem a distância potencializando a utilização das Tecnologias Educacionais em Rede para a formação técnica dos funcionários de escola que, ao concluir o curso, tornam-se efetivamente Profissionais da Educação, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de Nº 9394/96 e Decreto 8752/2016.

Assim, consideramos as atividades de formação características do Profuncionário, foco dessa pesquisa e voltada à formação técnica de profissionais da área da educação como um processo amplo e com objetivos que vão muito além de inclusão tecnológica nas escolas. O essencial é proporcionar, pela modalidade a distância, vez e voz aos seus sujeitos, de forma a contribuir para a autonomia, emancipação daqueles que atuam em atividades administrativas, valorizando-os e capacitando-os para a corresponsabilidade na gestão escolar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A SOCIEDADE DIGITAL PROVOCANDO MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

Há muitas discussões a respeito do impacto provocado pelas transformações que vem ocorrendo continuamente na sociedade, devido às evoluções tecnológicas. Segundo Silva (2016), se antes as descobertas científicas e tecnológicas ficavam, muitas vezes, restritas a grupos seletos de pesquisadores e interessados no assunto, com a internet as informações puderam ser popularizadas na velocidade de um simples clique.

Para Baumann (2010) na velocidade com que estas transformações ocorrem, perde-se a perspectiva de solidez e o ser humano repulsa a simples ideia de sentir-se apegado a uma mesma coisa, conhecimentos e até mesmo a pessoas, por um longo período. A efemeridade dos laços e vínculos deixa de ser sólida, numa visão de que a solidez tolhe a liberdade e limita oportunidades.

Esta sistemática reforça a ideia de que as transformações contemporâneas movimentam a compreensão de educação formal e o uso das tecnologias digitais vem fomentando atualizações da prática educacional, pois de acordo com Baumann (2010) “em todas as épocas, o conhecimento foi avaliado com base em sua capacidade de representar fielmente o mundo”, o que não mais é admissível em tempos atuais, pois o mundo muda permanentemente, num movimento que o autor afirma que “desafia constantemente a verdade do saber existente, pegando de surpresa até os mais “bem informados”.” O autor atenta ainda para o que ele chama de “mundo volátil da modernidade líquida” (BAUMANN, 2010, p. 43). Mundo este, que nos remete às desvantagens de nos mantermos arraigados a aprendizagens engessadas, pois num curto período passamos de um “labirinto imutável, para o mercado aberto, onde qualquer coisa pode acontecer a qualquer momento, e nada pode ser feito de uma vez por todas” (BAUMANN, 2010, p. 47).

Neste escopo, Bauman (2010) indica-nos a necessidade de repensarmos a educação e suas estratégias formativas e metodológicas, pois devido às mudanças do mundo fora da escola, não são mais concebíveis escolas estáticas e sem mudanças. Numa perspectiva de que a uniformidade em que a educação formal vinha tentando formatar seus estudantes caiu em desuso e o que tem maior valor atualmente é exatamente o contrário disso, é a diferença, o diferente, a ousadia e o

protagonismo. Castells (2007, p. 268), aponta que “o conhecimento e a informação parecem, sem dúvida, constituir as principais fontes de produtividade e de crescimento nas sociedades avançadas”, devendo, portanto, a educação formal e escolar, influenciar para que os indivíduos possam acessar e produzir conhecimento, aprendendo a buscar e utilizar as informações que a rede de computadores pode propiciar.

Nesta ótica, Levy (1999, p. 21) nos diz que “é impossível separar o humano de seu ambiente material”, o que nos permite entender que todas estas transformações socioculturais, tecnológicas e científicas, impactam diretamente o modo de ser e aprender do sujeito. Ao encontro vemos a cibercultura[1], esta que é visível aos olhos de qualquer um que esteja vivendo na era digital. Neste ambiente os nativos digitais ou imigrantes digitais mencionados por Prensky (2001), são todos os que estão próximos da existência de smartphones, internet, autoatendimento bancário e outros recursos, que atualmente fazem parte da rotina da maioria das pessoas. Devemos, contudo ter consciência que ainda existe uma parcela da população que não dispõe de recursos digitais, como o acesso à internet, ou mesmo não possui fluência nestes meios. No entanto, é possível pensar que a cibercultura perpassa de uma ou outra forma, pela vida de todas as pessoas podendo beneficiá-las com acesso à informação, e à “formação institucionalizada.” (BAUMANN, 2010, p. 42-43).

Ao pensar em uma sociedade digital, Silva (2016) questiona “porque não associar à educação a preparação de uma sociedade, quanto aos meios tecnológicos e suas evoluções?”. Em possível resposta, teríamos os atores da educação mais preparados e envolvidos, para a fluência das tecnologias e com elas o surgimento de novas formas de ensinar e aprender. Esta sistemática poderia impactar diretamente no acesso e nos modos de ver e pensar a educação contemporânea, incluindo a EaD, que hoje se apresenta como crescente realidade de inovação e democratização do ensino, oportunizada com o advento da internet e das TDIC que vêm aparelhando e

[1] A cibercultura é produzida no ciberespaço que é um novo meio de comunicação que surge da interconexão de computadores, na qual ela emerge e se transforma. O termo [ciberespaço] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, significa aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 17).

dando força aos processos educacionais por meio das tecnologias educacionais em rede.

Diante de todo esse avanço tecnológico oportunizado pelas mídias digitais, podemos dizer que a humanidade hoje está inserida numa “cultura digital” e é possível pensá-la como “um tipo de área do conhecimento que gestiona, intercruza as informações e conhecimentos produzidos” (MEC, 2009, p. 13).

Na educação, o impacto não é diferente e ocasionar um diálogo entre o campo da educação e as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), não é tarefa simples, considerando que o acesso e a utilização das novas tecnologias nas escolas, assim como na sociedade ocorreu subitamente. Neste sentido, ainda se fazem necessárias Políticas Públicas de inclusão digital e formação tecnológica para a utilização das inovações para fins didáticos e pedagógicos. Considerando, que “a velocidade com que ocorrem as transformações na atualidade e todas as possibilidades tecnológicas comunicacionais existentes nos levam à necessidade de compreender e interpretar a realidade alterada em que vivemos” (KENSKI, 2013, p. 27).

Logo, torna-se imprescindível ao contexto educacional, adequar-se às inovações tecnológicas, pois as mesmas influenciam no processo educativo uma vez que, proporcionam modificações nas formas de ensinar e aprender.

Contudo, vale ressaltar que o professor, seja ele docente na educação básica ou do ensino superior, nas modalidades de educação presencial ou a distância, continua sendo o responsável pela mediação do processo de ensino-aprendizagem e dessa forma desponta a urgente [trans] formação daqueles que atuam em processos educativos de qualquer âmbito. Surge, portanto a necessidade de atentar quanto às formas de apropriação e utilização das TDIC no meio educacional considerando que a sua presença somente, não garante inovação metodológica, principalmente quando se trata de Educação a Distância. Neste viés, Moran (2011) alerta para a espertise do professor para filtrar, escolher o que focar e o que descartar visando a constituição de um processo educativo exitoso e emancipatório. Segundo o autor, torna-se imprescindível entender, analisar, refletir, compreender, contextualizar, comunicar (dizer ao outro o que compreendemos) e aplicar esse aprendizado em benefício da construção de conhecimento.

Cool e Monereo (2010) nos remetem às reflexões das práticas educativas utilizadas atualmente, afirmando que, apesar da relação da escola com as TDIC ter

crescido, em termos de acesso à internet e estruturação de laboratórios de informática, ainda não se atingiu perspectivas quanto às TDIC, pensadas pelas políticas públicas para o fazer didático pedagógico de automação e produção própria. Segundo os autores, mesmo sabendo que as tecnologias multimídias e a internet possuem recursos e possibilidades educacionais riquíssimas para a promoção de comunicação, socialização e autonomia, as utilizações das mesmas como possibilidades educacionais ainda mantêm-se restritas.

É preciso, portanto, pensar não só em novas práticas educativas e comunicativas, mas também na influência que essas terão ao contribuir no processo da formação de um cidadão crítico e político, capaz de intervir na própria realidade. Principalmente do sujeito que está inserido no ambiente escolar e que necessita apoderar-se "das linguagens midiáticas, ao fazer uso coletivo e solidário dos recursos da comunicação" (SOARES, 2011, p. 19).

No cenário educacional onde a mediação pedagógica por meio das tecnologias ganha cada vez mais importância, destacam-se os conceitos de participação, colaboração, interatividade, conectividade e educação a distância, onde Consani (2008) explica que:

> Enquanto na primeira metade do século XX o foco das discussões epistemológicas era a natureza da inteligência e se a construção da cultura/visão de mundo se consolidaria nos planos individual e social, nesta primeira década do século XXI, vemos predominar conceitos como "interatividade dos meios", "conectividade em rede" e outras digressões técnicas, apresentadas como solução para as demandas pendentes de formação continuada e de gestão democrática dos espaços educativos. (CONSANI, 2008, p. 43)

Nesta perspectiva, a mediação tecnológica abre caminho para abordagens pedagógicas inovadoras e ampliadas visando edificar uma educação comunicativa e interativa. Promovendo em gestores, professores, funcionários e estudantes, a oportunidade de ampliação do repertório cultural, pois "aumentam suas habilidades de comunicação; desenvolvem competências para trabalho em grupo, para negociação de conflitos e para planejamento de projetos" (SOARES, 2011 p. 31).

Cabe salientar então, a importância do papel mediador do processo educativo, seja ele presencial ou a distância, de forma que se aproxime do cotidiano dos estudantes, imersos ou não, em uma realidade midiática e tecnológica. A complexidade desta mediação conduz os profissionais da educação a buscar por

formação continuada, no sentido de vislumbrar e ter clareza da diferença de possibilidades de interação educativa que surgem entre as mídias tradicionais e as digitais. Segundo Soares (2011, p. 30) é oportuno lembrar que

> Os recursos tecnológicos clássicos como o rádio e a televisão tiveram dificuldades de ser absorvidos pelo campo da educação, especialmente por ser caráter lúdico e mercantil. Tal fato foi o principal responsável pela resistência dos educadores em dialogar com as tecnologias. O computador veio abalar essa dicotomia, pois possui em si mesmo os meios de produção de que o pequeno produtor cultural – o aluno e o professor – necessitam para seu trabalho diário. (SOARES, 2011, p. 30)

Significa, portanto, ser indispensável a transformação cultural dos ambientes formais de ensino, da gestão, do professor, do funcionário e consequentemente do estudante, que neste espaço temporal, passa de mero receptor para produtor e interlocutor em potencial. Essa contribuição na produção e disseminação de conhecimento em rede é fator essencial às mudanças educacionais. O que pressupõe inevitáveis alterações nos ambientes educativos tanto presenciais quanto a distância, valorizando os processos de ensino–aprendizagem autônomos e colaborativos. Demo (1999. p. 8, grifo do autor) reforça a ideia e necessidade de investimento em uma aprendizagem reconstrutiva, que ele define como "aquela marcada pela relação de sujeitos tendo como fonte de aprender, mais do que ensinar, com a presença do professor na condição de orientador **maiêutico**". Tais relações, que para Primo (2007, p.124) "refletem questões emocionais, e descrevem o elo interpessoal criado na interação. São elas: intensidade, intimidade, confiança e compromisso".

Dessa maneira a educação vem sofrendo transformações significativas e nessa trajetória o essencial é que as mudanças sejam fruto da tomada de consciência dos sujeitos atores no contexto educacional formal. Conforme reforça Brandão (1981, p. 65), embasado na conscientização citada por Paulo Freire, como "um processo de transformação do modo de pensar" e, acrescenta ainda, ser este o resultado inconcluso e permanente de trabalho coletivo, através da prática política refletida, da produção pessoal "de uma nova lógica e de uma nova compreensão de mundo: crítica, criativa e comprometida" (Ibid., p.65).

2.2 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM AUTÔNOMA

Com a influência dos avanços tecnológicos, a Educação a Distância (EaD), mediada pelas TDIC vem se apresentando como modalidade educacional com potencial favorável ao atendimento da população adulta e trabalhadora que busca por formação inicial ou continuada. Com o surgimento e popularização da internet na década de 80, a EaD ganhou força e foi se estruturando na forma em que a conhecemos hoje.

Nesse escopo, como podemos definir esta modalidade educacional que é capaz de romper as barreiras geográficas e geracionais e se adaptar aos diferentes movimentos sociais e às tecnologias atuais?

De acordo com Moran (2002), a educação a distância é um processo de ensino-aprendizagem que não está diretamente vinculado com a presença de alunos e professores em uma estrutura física de sala de aula. Característica esta, que possibilita formação inicial, continuada e acadêmica para a população trabalhadora que devido às demandas profissionais, possui dificuldades de deslocamentos e horários. Destaca-se a capacidade de adaptação da EaD, aos diferentes níveis de ensino e a formação do sujeito autônomo, capaz de produção de pesquisa e conhecimento, de acordo com objetivo próprio de formação e capacitação.

Inicialmente, a Educação a Distância alicerçada em regulamentação rígida e bem definida privilegiava níveis de graduação e pós-graduação, principalmente em instituições particulares. No entanto, Moran (2002, p.2), destaca que “a educação a distância pode ser efetivada nos mesmos níveis que o ensino regular”, ou seja, pode ser organizada para o “ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação”. (Ibid., p.2)

Entretanto, é uma modalidade educacional voltada para estudantes com perfil e experiência de autoaprendizagem por pesquisa e tem sido mais empregada para complementação da educação básica, para a educação profissional técnica e de nível médio, educação de jovens e adultos, educação especial e graduação. Recentemente pelo Parecer CNE/CES n. 462, de 14 de setembro de 2017, destaca-se a normativa para oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, ou seja, cursos de mestrado e doutorado a distância.

Em complemento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Nº 9394/96, no decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, encontramos em seu artigo 3º das disposições gerais, orientações sobre o vínculo direto da oferta de ensino na modalidade a distância ao Ministério da Educação, definindo que "a criação, a organização, a oferta e o desenvolvimento de cursos a distância observarão a legislação em vigor e as normas específicas expedidas pelo Ministério da Educação" (BRASIL, 2017, p.1), como garantia de qualidade de ensino e para evitar a discriminação desta quando relacionada ao ensino presencial.

Nessa caminhada de consolidação da EaD, o decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, normatiza a ampliação da oferta de EaD para a educação básica, com destaque para os ensinos fundamental e médio. Fato que tem gerado discussões no contexto educacional, especialmente por questões relacionadas a necessidade de maturidade do estudante para o uso de ferramentas e recursos das TDIC, com autonomia e responsabilidade. É motivo ainda, de discussão as condições e garantias de acesso as TDIC e assessoramento na fluência tecnológica necessária aos estudantes da EaD.

Conforme Silva (2016), as possibilidades de o estudante adquirir diferentes saberes de forma autônoma, sobre a ótica do aprender a aprender é ampliada na EaD, devido as suas características naturais que impulsionam o sujeito a tornar-se investigador. Nesta dinâmica, Silva (2016, p. 3) considera esta modalidade educacional como "o cunho social de alcançar os interessados em prosseguir em sua formação", contribuindo significativamente para o processo de democratização do ensino no país.

Em verdade, a meta de aprender a aprender segundo Silva (2016) tem potencializado essa modalidade de ensino, como promotora de transformação do sujeito, numa ótica de proatividade com relação a sua formação intelectual. Inegavelmente a EaD rompe barreiras geográficas, no entanto carece ainda de análise permanente e ajustes consistentes nas metodologias utilizadas qualificando-as para (trans)formação social e profissional do estudante cidadão.

Nesse sentido, a inclusão, tanto social quanto tecnológica, descortinada pela EaD, tem importância significativa, pois visa constituir-se em prática educativa mais abrangente, com potencialidade para o respeito às individualidades. Assim, ancoramo-nos em Freire (1997), que ao discutir a inclusão, nos remete a reflexões à necessidade de se construir espaços educativos de interlocução em que a teoria e

a prática caminhem juntas, a fim de que, nesta trajetória tornem-se pilares essenciais para a constituição de autonomia tanto do estudante quanto do professor.

Nesse viés, alcançar níveis de autonomia de aprendizagem em favor do desenvolvimento social a educação, tanto presencial quanto a distância, deve ser uma educação voltada especialmente à produção de aprendizagens reflexivas, significativas e autônomas.

Compreende-se portanto que a EaD deve ater-se à produção de ensino-aprendizagem condizentes com a sua função social de inclusão e ampliação de estudos, ou seja, as atividades propostas devem conduzir o estudante à reflexão e a busca autônoma de conhecimento complementar.

Freire (1997, p. 110) afirma ainda que "é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática". Com este pensamento as estratégias educacionais a distância, amparadas na utilização de inovações tecnológicas, apresentam-se como possibilidades promissoras para o atendimento às diferenças que constituem o universo social e pedagógico de seus atores, portanto, deve embasar-se em metodologia própria e não reprodutiva da educação presencial.

A EaD deve exercer suas funções com a intenção de atingir o objetivo de educar para a participação, haja vista que atua com estudantes jovens e adultos em sua maioria inseridos socialmente e em atuação profissional. Buscar, despertar nessa população o sentimento de pertencimento a sociedade e à responsabilidade de constituí-la de maneira consciente e participativa é fundamental para a formação de cidadão crítico e colaborativo.

Cabe ressaltar aqui, a importância da Educação a Distância para a oferta dos Cursos Técnicos do Programa Profuncionário, valorizando as possibilidades de garantir espaço de ação-reflexão-ação aos seus estudantes, numa tentativa de que ocorra maior alinhamento e coerência entre a teoria e prática em escolas de Educação Básica de todo o país.

Considerando que os estudantes do Curso Técnico em Multimeios Didáticos - Profuncionário são todos funcionários de escolas, essa política pública, espera e empenha-se para que a formação técnica desses servidores amplie efetivamente a qualidade das ações educativas dentro das escolas, principalmente no que se refere à utilização das TDIC para o estabelecimento de um fazer pedagógico inovador. Nesse sentido, o programa acredita que ao fazer uso de metodologia de alinhamento entre

teoria e prática, seja possível promover a capacidade de despertar à autonomia e emancipação de seus estudantes, haja vista que é uma formação continuada e em serviço, na qual, inevitavelmente os estudantes estão permanentemente analisando e refletindo suas práticas profissionais.

Segundo o Manual de Orientações do Programa Profuncionário (BRASIL, 2014, p. 82) esse alinhamento acontece porque nos momentos de reflexão, o estudante tem a possibilidade de redefinição seu fazer profissional, "transformando atividades rotineiras em práticas educativas intencionais" e essa transformação ocorre essencialmente pela "problematização da rotina e a criação de novas possibilidades práticas" que se embasam nos estudos dos conteúdos e nas demandas educativas da realidade escolar.

Corroborando com Demo (2005), que nos apresenta o ponto de convergência entre Teoria e Prática como a capacidade de suas recriações, numa construção de união que resultará em mudanças e/ou transformações de ações, como se pode perceber na Figura 1.

Figura 1 – Relação Teoria e Prática

Fonte: DEMO, Pedro. **Pesquisa: principio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2005.

Nessa ótica, o Profuncionário está alicerçado em objetivos que buscam a [trans] formação do estudante e de sua prática profissional, uma vez que evidencia a abordagem de consolidação de teoria e prática em ação refletida e planejada.

Por certo que não foi coincidência a escolha da modalidade de Educação a Distância para oferta dos cursos do Profuncionário. O programa, além de ser parte integrante de ações de política pública de valorização dos profissionais administrativas da educação, procura responder ao direito de formação dos funcionários de escolas, garantido pela legislação e negligenciado por décadas. Portanto, "é um exercício

de teimosia revolucionária, coerente com a invisibilidade histórica da categoria, a ser superada por projeto educativo de emancipação pessoal e transformação, da educação e da sociedade" (MONLEVADE, 2012, p. 8).

Visando a formação de sujeitos capazes de agir com responsabilidade e autonomia em seu ambiente profissional, e buscando a transformação desse funcionário escolar em profissional da educação, com maior participação na gestão escolar, o Profuncionário, por meio da EaD, acredita e busca contribuir significativa e efetivamente para a (re)configuração da gestão escolar. Gestão essa que, com as ações do programa, receberá reforço e eficácia no seu caráter democrático.

2.3 (RE)CONFIGURAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR POR INTERMÉDIO DA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

O estabelecimento da gestão escolar participativa, amplamente almejada pelo Programa Profuncionário, possui potencial para a composição de uma sociedade capaz de exercer o controle social[2], de forma a tornar a sociedade participante das decisões, em diferentes contextos até mesmo decisões políticas e governamentais, como reforça Lück (2008), quando apresenta que

> A gestão participativa se fundamenta e reforça uma série de princípios interligados, que se expressam de forma subjacente nos vários momentos e expressões da participação. Estes princípios são a democracia como vivência social comprometida com o coletivo, a construção de conhecimento da realidade escolar como resultado da construção da realidade em si, e a participação como necessidade humana. (LÜCK, 2008, p. 54)

A gestão participativa, em qualquer que seja sua área de atuação, surge como indicativo de possibilidade de descentralização do poder e dessa forma, a ação colaborativa e participativa se mostra relevante para a obtenção do desenvolvimento de competências as quais viabilizam aprender com o outro rumo à democracia pois, como afirma Lück (2008, p.65), "a participação que se fecha em si mesma constitui

[2] Durante o período ditatorial, o controle social significava o controle exclusivo do Estado sobre a sociedade, cerceando qualquer expressão popular, passando com a evolução social, a significar o controle da sociedade sobre a ação do Estado (COTTA et al., 1998; 2006). Segundo Cunha (2003), o controle social conquistado pela sociedade civil deve ser entendido como instrumento e expressão da democracia. Busca-se, portanto, com a democratização, eliminar as formas tradicionais e autoritárias de gestão das políticas sociais, bem como a adoção de práticas que favoreçam a maior transparência das informações e da participação da sociedade no processo decisório.

ativismo. A participação que se espraia por todas as dimensões do processo social, na intenção de enriquecê-las, constitui-se em transformação".

Neste escopo de participação para possível transformação, temos como desafio e possibilidades a gestão educacional e escolar, da qual somos parte integrante e, portanto sujeitos *a priori*, capazes de impulsionar o exercício de controle social[2], pois de que adianta dedicação e empreendimentos numa educação que não produza autonomia e não emancipe?

Nessa abordagem da gestão se pressupõe o estabelecimento de oportunidades de participação crítica e consciente de seus sujeitos nas discussões e na tomada de decisões. Portanto, não se pode esquecer que a gestão participativa visa contribuir para a qualidade da educação e que está fundamentada na capacidade dialógica de lidar com os seres envolvidos neste processo e, assim, comprometida com a formação de um indivíduo consciente de seu papel na escola, na sociedade e na vida. Conforme Freire, a existência humana, por ser humana,

> Não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (FREIRE, 2005, p. 93).

E esta voz dada ao ser humano, é capaz de lhe libertar. Portanto, é possível que pelo diálogo constante que a comunidade escolar se permita vivenciar, constitua-se uma dimensão de vida social, especialmente pelo exercício de discussão e participação nas decisões. Esta sistemática pode ser o primeiro passo e exercício de aprendizado para a constituição de uma participação responsável em ambiente coletivo

Para tanto, é necessário a participação das pessoas nos conselhos deliberativos tanto de escolas, quanto de comunidades e cidades, como é o caso de Conselhos Escolares, Conselhos Municipais de Educação e tantos outros instituídos com a premissa de que o povo participe das decisões públicas. A presença de representantes das escolas nesses conselhos confere caráter diferenciado à gestão pública, que se assemelha à democracia direta e assume-se como controle social. (GURGEL; JUSTEN, 2013)

Dessa forma, entende-se necessária a ampliação de espaços e de poder de intervenção da população nos rumos da coisa pública. É uma forma de garantir a participação da população organizada, nas decisões em suas diferentes esferas,

principalmente no que se refere a segmentos sociais, como é o caso da gestão escolar. Ainda, que o controle social tenha por intenção o favorecimento de melhorias de condições de vida da e para a maioria da população, para que ele venha a desenvolver o seu verdadeiro papel, a emancipação da sociedade, se faz necessária. Parte-se, assim, para uma questão complexa: como é possível emancipar a sociedade?

Conforme Adorno (2003), emancipar-se significa tomar decisões conscientes e independentes. Assim, emancipação está situada na conscientização e adaptação dos homens ao mundo. O autor reforça que,

> Emancipação significa o mesmo que conscientização e racionalidade. Dessa maneira, a emancipação deve fortalecer princípios individuais e sociais (adaptação e resistência). Contudo, o fortalecimento da resistência deve ser maior do que a adaptação (ADORNO, 2003, p. 143).

Pelo fato da emancipação conceber-se na capacidade de tomada de decisões conscientes, embutidas em conceitos que consideram o bem comum, é na educação que essa emancipação se faz necessária. A educação emancipatória manifesta-se como possibilidade e potencial para produzir a tomada de consciência, na qual as pessoas se emancipem em seus conhecimentos.

Em concordância, Freire (1979) aponta que a educação emancipatória compreende uma educação humanizante às sociedades e homens concretos. Deve ser superadora da alienação e potencializadora de mudanças, tornando o homem sujeito e não apenas mero objeto. Assim, a educação emancipatória visa libertar os sujeitos da apatia e estimular que manifestem suas opiniões e inquietações. Portanto, ela é aquela que proporciona voz a quem quer ser ouvido e espaço a quem deseja não ser mais apenas espectador.

As práticas de educação emancipatória se constituem como mecanismos de democratização do ensino no país. Essas práticas refletem os valores de solidariedade e reciprocidade, no sentido de valorização efetiva da produção de conhecimento a partir das próprias vivências da vida em sociedade. De acordo com Freire (1983) a educação é vista como potencializadora da transformação social, quando contribui para a formação humana emancipadora, pois:

> O homem é um ser no tempo, um sujeito histórico e cultural, que além de conhecer o mundo transforma-o. Herdando a experiência adquirida, criando

> e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo da história e o da cultura. (FREIRE, 1983, p. 49)

A transformação observada por Freire (1983), tanto de si mesmo enquanto ser humano quanto do mundo ao seu redor, diz respeito a visualização de possibilidades de agir ou fazer algo de maneira diferente. Após ação-reflexão–ação é possível acrescer na vivência cotidiana, novas experiências, dessa forma surgem outras possibilidades para um fazer renovado, inicialmente de caráter individual, mas que refletirá no fazer coletivo.

O educador, complementa, afirmando que "a educação deve ser crítica e corajosa, deve propor ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre sua responsabilidade, sobre seu papel no clima da sociedade em transição". (FREIRE, 1983. p. 49)

Diante deste pressuposto, no qual a educação deve promover a liberdade e a autonomia dos sujeitos é que se constitui a educação emancipatória. Parafraseando Freire (1979), a educação para ser emancipadora deve ser libertadora e humanizadora. Não deve ser uma educação que acomoda, deve inquietar e fazer com que os sujeitos reflitam. Portanto,

> É neste cenário controverso que se torna crucial recuperar o sentido amplo da educação, enquanto produção social de homens e mulheres e o sentido restrito, como escolarização e letramento. Estes elementos podem qualificar a educação popular para a emancipação, reconhecendo que **não cabe à educação propagar a emancipação humana, mas potencializar espaços, práticas, experiências para o exercício das ideias emancipatórias,** que podem contribuir para a organização dos grupos em sua práxis revolucionária. Assim as várias interlocuções neste estudo, apontaram para a constituição de sociedades democráticas-base da emancipação. (FEITOZA, 2010, p. 13, grifos nossos).

Diante disso, podemos compreender que a educação emancipatória tem conexão com o exercício de libertação do ser humano, enquanto ser social.

Neste sentido o Profuncionário, enquanto processo formativo de caráter transformador e emancipatório busca atuar metodologicamente, visando oportunizar condições à conquista da emancipação humana. Tais estratégias metodológicas compreendem: conhecimento aprofundado e reflexão permanente sobre o espaço educativo e a atuação profissional, além de empoderamento desses estudantes e profissionais pela instrumentalização teórica. Dessa forma, compreende

fortalecimento de processos de autonomia e emancipação, não somente individuais mas, principalmente, na experiência de processos coletivos.

Partindo do princípio de que a educação é um direito de todos, garantido constitucionalmente, a interatividade e a mediação didático-pedagógicas do Programa Profuncionário buscam a promoção da emancipação destes sujeitos dentro de uma sociedade e realidade escolar, por vezes excludente e que os induz a não exercerem posicionamentos próprios. Num espaço de escuta e incentivo à desacomodação e à resistência, o Profuncionário tenta de forma veemente, que cada estudante manifeste as suas opiniões e pensamentos e reflita sobre suas ações pessoais e profissionais, tornando-se responsável e proativo na difícil tarefa de construção de uma sociedade participativa, que luta pelos seus direitos e seja capaz de exercer o controle social.

2.4 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL: LEGISLAÇÃO, HISTÓRIA E REALIDADE

O desafio de organizar e promover a formação profissional dos sujeitos envolvidos nos diversos segmentos que compõem a comunidade educativa foi sendo incorporado e garantido ao universo educacional por meio da “consolidação de políticas e programas de formação e profissionalização direcionados aos/às profissionais da educação, no campo de conhecimentos específicos”. (BRASIL, 2014, p. 92).

Neste escopo, faz-se necessário relembrar que historicamente por longo período, alguns profissionais, funções e atividades escolares, permaneceram praticamente invisíveis, sem reconhecimento, sem formação e porque não dizer “à margem” dos processos educativos. Estamos falando dos profissionais que exercem as atividades de apoio escolar nos setores de limpeza e infraestrutura, monitoria, portaria, merenda, secretaria, laboratórios e tantos outros imprescindíveis para que a educação formal aconteça.

O Programa Profuncionário, surge, portanto, para proporcionar formação profissional técnica e incluir esses profissionais no cenário educacional, enquanto profissionais da educação. Considerando que por estarem em ambiente educativo tornam-se parte do processo e inegavelmente constituem-se educadores e corresponsáveis com a constituição do currículo da instituição.

O currículo aqui expresso, está relacionado a polissemia que envolve o tema educação no sentido da construção de uma educação mais abrangente, compreendendo o ser humano em sua integralidade. Seja qual for o formato, a educação para atingir uma formação realmente ampla e integral, nos remete a ideia de mudanças pedagógicas e educativas nos espaços escolares, voltadas para o desenvolvimento omnilateral do educando, constituindo-se em um currículo ampliado, que compreende a formação escolar para além de conteúdos programáticos e interdisciplinares. Considerando a necessidade de uma educação escolar que leva em conta todas as dimensões do ser humano, Gadotti (2009) entende que

> O conceito de integralidade refere-se à base da educação, que deve ser integral, omnilateral e não parcial e fragmentada. Uma educação integral é uma educação com qualidade sociocultural. A integração da cultura, da saúde, do transporte, da assistência social etc. com a educação possibilita a integralidade da educação. (GADOTTI, 2009, p. 52)

Dessa forma, o planejamento curricular escolar, seguindo a concepção de formação integral do ser humano, deve considerar a totalidade do seu fazer pedagógico e educativo e nesse processo o protagonismo responsável dos seus atores. Sendo assim, a formação inicial ou continuada dos funcionários escolares pode contribuir significativamente com a escola de educação básica, na elaboração e priorização de um currículo escolar amplo e eficaz. Para tanto, o Profuncionário propõe uma visão ampliada da realidade escolar para a valorização dessa categoria profissional, visando a inclusão dos funcionários administrativos em agentes constituintes de corresponsabilidades na gestão escolar.

No entanto, sabe-se que para essa inserção e interação dos funcionários escolares nas tomadas de decisões é necessário (re) construir a identidade e a valorização de uma categoria profissional socialmente subestimada por décadas. Isso é tarefa que exige tempo, dedicação, determinação e ousadia, atribuindo um valor imensurável ao Programa Profuncionário que nesta ótica instui-se com potencial de resgate e valorização profissional dos funcionários escolares.

Neste contexto, a construção sócio-histórica do protagonismo dos funcionários da educação tem acumulado vitórias sindicais, como a unificação dos educadores na Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em 1990, e legais, a exemplo das Leis Federais nº 12.014, de 2009 e 12.796, de 2013, em que os funcionários passaram a ser reconhecidos como educadores e

profissionais da educação. Nesse percurso, é instituído no ano de 2005 o Programa Profuncionário, como programa da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) com a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Serviços de Apoio Escolar e tendo como foco a formação dos profissionais, administrativas, da educação (BRASIL, 2014, p.5).

Concomitantemente com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 5/2005, que criou a 21ª Área da Educação Profissional, aprovada em novembro desse mesmo ano, o projeto inicial do Profuncionário é do 1º semestre de 2005, com as atividades iniciadas imediatamente nos estados do Pernambuco, Piauí, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Paraná.

No entanto, no Rio Grande do Sul (RS), como ocorreu em outros estados brasileiros, a morosidade das tratativas e acordos políticos atrasou a adesão a essa importante e pertinente política de formação e valorização dos profissionais da educação. Por este motivo as atividades do Profuncionário chegaram ao estado do RS, em meados do ano de 2012, sete anos após a sua implantação federal. (BRASIL, 2014, p. 5).

Neste ínterim, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), assumiram em 2008, a responsabilidade de formar tutores e professores orientadores para atuarem no Profuncionário, em cursos na modalidade de Educação a Distância e exclusivamente a formação técnica, em nível médio, dos funcionários da educação pública.

Em 2011, a Coordenação do Programa Profuncionário migrou da Secretaria de Educação Básica (SEB) para Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) conforme acordo de parceria entre o Ministério da Educação e Cultura e a SETEC. A partir desse acordo, a oferta dos cursos do programa passou a ser realizada também pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF).

Inicialmente o Profuncionário, foi regido pelo Decreto nº 7.415, de 2010 e posteriormente substituído em 09 de maio de 2016 pelo Decreto nº 8752, devido à necessidade de sua adequação ao novo Plano Nacional da Educação (PNE) fixado pela Lei nº 13.005, de 2014 e ao qual foram incorporadas duas metas e quinze (15) estratégias tratando diretamente dos funcionários de escolas.

A política de formação continuada dos funcionários da Educação Básica foi fruto de inúmeras discussões no Conselho Político Nacional do Profuncionário, haja vista que, além dos artigos 61 a 67 da LDB 9.394/96, havia dois decretos: o

decreto6.755 de 2009, que tratava exclusivamente da formação dos professores, e o 7.415 de 2010, versando sobre os funcionários da Educação Básica.

Com a aprovação do Decreto nº 8.752 em 09 de maio de 2016, revogam-se os dois decretos citados anteriormente e é fixada a política de formação dos profissionais da educação, principalmente a continuada, reafirmando o compromisso do Estado com a formação dos seus servidores em caráter abrangente, como se percebe no inciso VI do art. 3º, que se refere ao objetivo do Programa, que é o de

> Promover a formação de profissionais comprometidos com os valores da democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo. (BRASIL, 2016, p. 3)

Assim, o Profuncionário visa estimular a reflexão/ação a fim de que os funcionários das escolas possam perceber e evidenciar a importância da função social que suas ações exercem. Dessa forma, os estudos oportunizados pelos cursos do programa objetivam a compreensão do papel que a escola deve desempenhar junto aos estudantes e à sociedade, especialmente no sentido de ampliação do sentimento de pertencimento de todos os profissionais da educação, a uma mesma categoria. O Decreto em questão, no § 1º do art.1º, reforça que

> Consideram-se profissionais da educação básica as três categorias de trabalhadores elencadas no art. 61 da Lei LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a saber: professores, pedagogos e funcionários da educação, atuantes nas redes públicas e privadas da educação básica ou a elas destinadas (BRASIL, 2016, p. 1).

Trata-se, portanto de garantia de formação continuada para quem já atua nas funções das três categorias: I- Professores, II- Pedagogos e III- Funcionários, e também da formação inicial para os que a elas se destinam. Com essa nova redação, o Decreto 8.752/2016 concede amplitude maior ao Profuncionário, dando oportunidade de formação também aos trabalhadores em atuação na rede privada de educação e aos jovens com interesse em ingressar na carreira educacional como técnicos em educação.

A necessidade de formação técnica para os servidores de apoio escolar, torna-se cada vez mais evidente devido à demanda de profissionais capazes de atuar de forma socialmente responsável. Para tanto, o Profuncionário dialoga

diretamente com o binômio- formação/valorização dos profissionais da educação incluídos na categoria III, conforme já mencionado, tanto a nível médio técnico, quanto para a oferta de curso de nível superior e/ou tecnólogo, como ofertado no estado do Acre, desde 13 de maio de 2016, por efeito da Resolução 02 da CES/CNE.

Atualmente, o Profuncionário que foi prioridade e recebeu incentivo incondicional dos governos federais anteriores, passa por um período incerto. Essa incerteza é gerada pelo lançamento recentemente da "nova" Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, que contempla o Programa de Residência Pedagógica, com ações ligadas a UAB e Prouni e outras de formação continuada. Tal política do governo lançado pelo Ministério da Educação (MEC) nesse ano de 2018 retoma a ênfase da formação dos profissionais da educação, aos professores.

Novamente, a categoria III dos profissionais da educação, que congrega atualmente dois milhões ou mais de funcionários/educadores (as) no Brasil, necessita manter-se alerta e atuante para não perder o respeito e as garantias de formação e profissionalização da categoria, construída e conquistada pelo Profuncionário e garantida pela LDB 9391/96. (BRASIL, 1996)

De acordo com Monlevade (2005, p.11) "o Profuncionário é ao mesmo tempo Horizonte e Caminho". Pois "a valorização de mais de um milhão de funcionários, (efetivos, temporários e terceirizados) é conquista da sociedade, dos educadores, escrita na Constituição Art. 206 (BRASIL, 1988) e na LDB Art. 61 e 62-A (BRASIL, 1996)", devendo manter-se resistente e fortalecido.

Essa conquista dos funcionários da educação, na busca incessante, do que Demo (1999) alerta que seja o rompimento da visão hegemônica de que o funcionário não pode ou não deve despertar-se para a autonomia, pode fazer grande diferença nos espaços educativos formais da contemporaneidade. O autor acredita que se pode mudar a história social, na medida em que o ser humano perceba o que o leva à exclusão, aja com consciência e criticidade, tornando-se assim, sujeito capaz de história própria.

3 O PROGRAMA PROFUNCIONÁRIO

3.1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA PROFUNCIONÁRIO

A formação continuada e em serviço, organizada para os funcionários de escola, visa colaborar como o desenvolvimento de momentos de estudo e reflexão sobre a sociedade, a instituição educativa formal e a sua democratização, pois se trata de

> Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública, em habilitação compatível com sua atividade educativa, na modalidade da Educação a Distância (EAD). Obedece ao disposto no art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases n.º 9394/1996, conforme a Lei nº 12.014/2009 e ao disposto no parágrafo único do art. 62-A da Lei de Diretrizes e Bases, por meio do qual a profissionalização tornou-se direito de todos os funcionários da educação. (PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – PROGRAMA PROFUNCIONÁRIO)

De forma geral, o programa objetiva ampliar o nível de formação dos funcionários da educação ofertando qualificação profissional técnica à categoria. Além de oportunizar a inclusão digital dos funcionários da educação por meio de curso de conteúdo técnico-pedagógico, incluindo habilitações tecnológicas, o programa visa o empoderamento desses profissionais para complementar a ação docente com e pela utilização das TDIC em atividades educativas.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, em seu art.62-A, incluído pela Lei nº 12.796, de 2013, esclarece que a

> Formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (BRASIL, 1996)

Para atender a essa exigência legal e na tentativa de saldar a dívida do Estado com esses trabalhadores, conforme vemos no texto do Parecer CNE/CEB nº 16/2005, (grifos do autor), sobre a Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar, a Secretaria da Educação Básica reconhece e ressalta que no contexto educacional,

> Os profissionais não docentes constituem-se em "um segmento historicamente esquecido e não contemplado pelas políticas oficiais" e que o "o novo contexto social fez da escola um espaço de exercício de múltiplos papéis, o que requer a presença de vários profissionais da educação. Esta realidade coloca em cena os funcionários de escola". (BRASIL, 2005)

O Programa Profuncionário, emerge com o desafio de oportunizar a formação, a milhões de funcionários de escolas em todo o Brasil, garantida pela legislação, num programa audacioso, movido, conforme Monlevade (2012, p.8) pelo "exercício de teimosia revolucionária, coerente com a invisibilidade histórica da categoria, a ser superada por projeto educativo de emancipação pessoal e transformação, da educação e da sociedade".

3.1.1 Objetivos e princípios do Profuncionário para a formação do técnico em educação

Nessa seção, apresenta-se a proposta político-pedagógica dos cursos técnicos ofertados pelo Programa Profuncionário. A intencionalidade é a de esclarecimentos ao leitor, por meio de descrição basilar, porém necessária, quanto a objetivos, princípios orientadores, competências e conhecimentos, perfil do técnico em educação, estrutura curricular dos cursos, além dos princípios e instrumentos que se referem ao processo de avaliação da aprendizagem do estudante dos cursos do Profuncionário.

O objetivo geral dos cursos é o de "oferecer formação profissional, de nível médio a distância, aos funcionários que atuam nos sistemas de ensino da educação básica" e como objetivos específicos "formar técnicos em Secretaria Escolar, Multimeios Didáticos, Alimentação Escolar e Infraestrutura Escolar", conforme o Caderno de Orientações Gerais do Programa Profuncionário (BRASIL, 2014, p. 70).

O programa, à luz do Parecer CNE/CEB nº 16/2005, e segundo a proposta político-pedagógica dos cursos, compreende a formação técnica como,

> Um conjunto de atividades teórico-práticas, investigativas e reflexivas. Tais atividades apontam para a aquisição e construção crítica de conhecimentos, habilidades e valores que podem contribuir para que os funcionários da educação se tornem educadores competentes e se qualifiquem como pessoas, como cidadãos e como gestores de um determinado espaço escolar, definido em novos perfis profissionais. (Ibid., p.70)

Os cursos são embasados por princípios filosóficos, políticos e pedagógicos, que orientam todas as atividades do Profuncionário. Neste escopo, aproveitamos para retomar alguns aspectos significativos dos princípios orientadores do Profuncionário, a saber: indissociabilidade entre teoria e prática, da construção, da colaboração e da cooperação permanente, inacabamento histórico do ser humano, da construção de conhecimentos, formação como autoformação e o da transversalidade temática.

O princípio da Indissociabilidade entre teoria e prática versa sobre o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para saber aliar teoria e prática, considerando que "não se aprende teoria para aplicar e usar na prática, mas se aprende e se constrói teoria transformando o saber fazer da vivência cotidiana em prática intencional" (BRASIL, 2014. p. 72).

Parte, portanto, da premissa que teoria e prática são condições críticas uma da outra, podendo a prática não ser embasada em teoria alguma, no entanto a compreensão teórica da prática é importante para que a mesma possa ser aprimorada, reconstruída e provavelmente ressignificada.

O segundo princípio trata do desejo de poder coletivamente contribuir para a (re) construção da prática cotidiana. Não de maneira individualista e isolada, mas coletivamente, em colaboração e cooperação entre os envolvidos no processo.

A condição do ser humano como um ser inacabado e em permanente construção, é o terceiro princípio, o que obviamente reflete no inacabamento profissional. Compreende-se, portanto que "o passado não pode ser substituído pelo presente, mas transformado, potencializando competências construídas e apontando novas perspectivas". Fato característico de um fazer "continuum que sempre se aperfeiçoa" (BRASIL, 2014. p. 73).

Dessa forma, entende-se que não é possível prever uma lista de competências a serem desenvolvidas em um curso ou espaço formativo, pois para cada sujeito que se coloque em formação haverá uma trajetória construtiva que é essencialmente própria.

O quarto princípio diz respeito à construção de conhecimentos, ou seja, a necessidade de desconstrução e reconstrução de conceitos, saberes e fazeres cotidianos. O texto do caderno de Orientações Gerais (2014) remete-nos a pensar sobre a seguinte questão. O que leva o sujeito a fazer diferente, ou ariscar novas possibilidades do que tem feito todos os dias, profissionalmente?

Trata-se de buscar alternativas criativas, que revelem meios para a superação de problemas e obstáculos. Para tanto, o Profuncionário utiliza-se da problematização como estratégia para estimular a ação-reflexão-ação, pois

> Problematizar significa confrontar conhecimentos, valores e habilidades já presentes no fazer cotidiano com outras concepções, visões, teorias, propostas e paradigmas. Significa estranhar e questionar o óbvio, a rotina, aquilo que é tido como dado e acabado. Significa abrir-se e saber interagir com as inovações. Conduzir situações complexas e lidar com os inventos. Interpretar e distinguir as informações disponíveis, saberes, atitudes e concepções. Significa saber fazer escolhas. Enfim, significa experimentar e fazer de maneira diferente aquilo que se está acostumado a fazer. Significa pensar de modos diferentes o que se está acostumado a pensar (BRASIL, 2014. p. 74).

O Profuncionário em sua constituição almeja que ao construir conhecimentos, o estudante, obtenha domínio da sua condição enquanto ser humano social e com isso protagonize não somente sua autotransformação, mas também a transformação dos espaços em que está inserido. Tem-se aí, portanto, um quinto princípio: o da formação como autoformação ou transformação de si mesmo.

Trata-se "de uma formação que se caracteriza como transformação dos "funcionários" em educadores e cogestores da educação na escola", apostando na transformação e autoformação desses sujeitos pelo "processo de desconstrução e reconstrução de si por meio de atividades teórico-práticas" BRASIL (2014. p. 74).

Nessa ótica, o sexto princípio, que é o da transversalidade temática proposta pelos conteúdos programáticos, diz respeito ao modo de compreensão das competências e conhecimentos a serem adquiridos durante a formação, e que não se configuram isolados da realidade escolar.

Ao realizar o estudo, refletir e discutir com seus pares, sobre questões cotidianas da profissão e do local de trabalho, no caso a escola, é fundamental que esse estudante/funcionário escolar, compreenda a importância da sua função social, enquanto técnico em educação. E para compreensão dessa relevância social, é necessário conhecer a realidade e discuti-la, haja vista que,

> Conhecer a escola implica em problematizá-la e refletir sobre a sua função social, sobre seus papéis na comunidade, sobre o seu trabalho educativo, sobre a produção de cultura e de identidade, sobre a formação da cidadania, sobre a participação, sobre a conservação ambiental e do próprio prédio, sobre o projeto político-pedagógico, entre muitos outros elementos. Assim, esses temas se atravessam uns aos outros no estudo da escola e exigem conhecimentos técnico-científicos que possam ajudar a

> compreendê-los. Da mesma maneira, também os conhecimentos são atravessados uns pelos outros: sociológicos, psicológicos, filosóficos, antropológicos, históricos, pedagógicos, políticos, ambientais, arquitetônicos, administrativos, nutricionais etc. (BRASIL, 2014, p. 75).

Nessa dinâmica, a aquisição e construção das competências profissionais do técnico em educação acontecem gradativamente e com estreita relação entre competências individuais e competências profissionais. Tendo em vista que por competências individuais, entendem-se aquelas que constituem "o humano como ser capaz de produzir, refletir, modificar, aprender, inventar, decidir e sonhar" (BRASIL, 2014, p. 75), ou seja, estão relacionadas diretamente ao existir e a vida de cada um, esteja ele em processo de formação formal e estruturada ou não.

As competências profissionais são aquelas que unem as pessoas em categorias aceitas e reconhecidas socialmente. Essas competências, de acordo com Manual de Orientações do Profuncionário, são adquiridas, construídas, reconstruídas, modificadas e aprendidas nas práticas e vivências sociais e nas relações de e com o trabalho. Ambas, são competências "processuais, mutáveis, culturais e históricas e se desenvolvem na medida do modelo econômico e das inovações tecnológicas que afetam as profissões" (BRASIL, 2014, p. 75).

Na perspectiva de formação integral dos funcionários da educação para o exercício da autonomia e da corresponsabilidade da gestão escolar, é que o perfil do técnico em educação foi definido, tendo como base as competências gerais atribuídas ao técnico em Serviços de Apoio à Educação pela Câmara de Educação Básica – CEB do Conselho Nacional de Educação – CNE, por meio do Parecer Nº 16/2005, no qual versa a Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a àrea profissional de Serviços de Apoio Escolar.

Assim, partindo do princípio que para desempenhar a função de técnico em educação, além de tantas outras competências, esse profissional precisa tornar-se um pesquisador, conforme documentado por BRASIL (2014, p. 77), é essencial que seja capaz de "identificar e reconhecer a escola como uma das instituições sociais e nela desenvolver atividades que valorizem as funções da educação; atuar e participar como cidadão, técnico, educador e gestor em educação" e também "investigar e refletir sobre o valor educativo das suas atividades no contexto escolar, para poder criar melhores e mais consistentes condições para realizá-las". Além, de ampliar a compreensão de que "na escola todos os espaços são de vivência

coletiva, nos quais deve saber atuar como educador; participar e contribuir, de maneira a fazer avançar a gestão democrática".

O técnico em educação necessita, portanto, estar atento para "diagnosticar e interpretar os problemas educacionais do município, da comunidade e da escola, em especial quanto aos aspectos da gestão dos espaços educativos específicos de seu exercício profissional". (Ibid., p. 77)

Na ênfase de tornar-se um ser humano e profissional curioso e atento às transformações sociais, destaca-se para o perfil do técnico em educação, o desenvolvimento das competências essenciais para "manusear aparelhos e equipamentos de tecnologia, colocando-os a serviço do ensino e das aprendizagens educativas e formativas." (Ibid., p. 77)

Contudo, cabe ressaltar que no desejo e na busca de se alcançar esse perfil, outras competências precisam ser valorizadas e se fazem presentes na constituição dessa profissão. Algumas delas já adquiridas na vivência profissional nas escolas e outras que serão adquiridas no decorrer da sua formação.

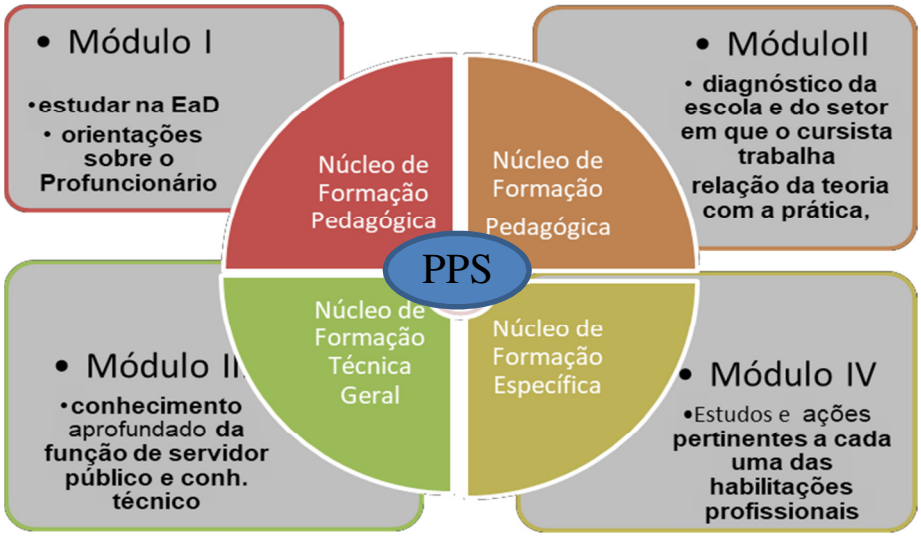
3.1.2 Estrutura Curricular dos Cursos do Profuncionário

Considerando as orientações legais e outras experiências de formação profissional de funcionários da educação o currículo do Profuncionário leva em conta em primeiro lugar o fato de a oferta acontecer na modalidade de Educação a Distância, em segundo lugar porque o currículo é modular e não puramente disciplinar e, por último o intercruzamento das disciplinas/conteúdos em três núcleos de formação: núcleo de formação pedagógica, núcleo de formação técnica geral e núcleo de formação específica.

O cruzamento dos núcleos acontece, contudo, em decorrência dos princípios apresentados anteriormente (indissociabilidade entre teoria e prática, da construção, da colaboração e da cooperação permanente, inacabamento histórico do ser humano, da construção de conhecimentos, formação como autoformação e o da transversalidade temática) garantindo que certas temáticas, transitem de um núcleo para outro. Isso ocorre em virtude das competências a serem desenvolvidas pelos sujeitos em formação. Especialmente a competência de "transformar o saber fazer da vivência em prática educativa para a construção de outras relações sociais, mais humanizadas" (BRASIL, 2014. p. 79).

Para melhor entendimento sobre esse cruzamento dos núcleos entre si, observe a figura 2.

Figura 2 – Cruzamentos dos núcleos de formação



Fonte: da pesquisa

Os módulos de Formação Pedagógica, de Formação Técnica Geral e de Formação Específica estão articulados entre si e a Prática Profissional Supervisionada (PPS) permeiam e intercruzam todos os conteúdos estudados nesses módulos. Significa, portanto, que “os conhecimentos e competências são adquiridos, construídos e experimentados pelos estudantes (funcionários da educação) por meio da problematização teórico-prática de temas e situações, que constituem os conteúdos do curso” (Ibid., p. 79).

O programa disponibiliza caderno impresso e digital, com o conteúdo de cada uma das disciplinas do curso. Tais cadernos orientam o estudo dos conteúdos por “investigação empírica, analítica e reflexiva” (Ibid., p.80) contribuindo, para compreensão de conhecimentos, estimulando discussões coletivas e sugerindo práticas que podem ser incluídas como atividades e compor as 300 horas de Prática Profissional Supervisionada (PPS).

Cada uma das habilitações do Profuncionário é composta por dezenove disciplinas: nove de Formação Pedagógica e dez de Formação Técnica, podendo ainda a Instituição ofertante do curso, incluir uma disciplina, para contemplar aspectos regionais, caso seja necessário. A Tabela 1 refere-se ao quadro geral das

disciplinas dos quatro cursos do programa e em destaque as disciplinas do curso técnico em Multimeios Didáticos foco desse estudo.

Tabela 1 – Quadro geral das disciplinas conforme formação específica

PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS	**NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA – 480h** A - Orientações Gerais - 60 h B - Fundamentos e Práticas em EaD - 30 h C - Orientações para a Prática Profissional Supervisionada - 30 h 1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores 2 – Educadores e Educandos: tempos históricos 3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica 4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica 5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação 6 – Gestão da Educação Escolar
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL – 180h 7 – Informática Básica 8 – Produção Textual na Educação Escolar 9 – Direito Administrativo e do Trabalho

NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA – 420h

SECRETARIA ESCOLAR 420h	**MULTIMEIOS DIDÁTICOS** 420h	**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR** 420h	**INFRAESTRUTURA ESCOLAR** 420h
10 – Trabalho Escolar e Teorias Administrativas 11 – Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola 12 – Legislação Escolar 13 – Técnicas de Redação e Arquivo 14 – Contabilidade na Escola 15 - Administração de Materiais 16 – Estatística Aplicada à Educação	10 – Teorias da Comunicação 11 – Audiovisuais 12 – Biblioteca Escolar 13 – Oficinas Culturais 14 – Laboratórios 15 – Informática Aplicada à Educação 16 – Informática Aplicada às Artes	10 – Alimentação e nutrição no Brasil 11 – Alimentação Saudável e Sustentável 12 – Políticas de Alimentação Escolar 13 – Produção e Industrialização de Alimentos 14 – Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas 15 – Organização e Operação de Cozinhas 16 – Planejamento e Preparo de Refeições Saudáveis na Alimentação Escolar	10 – Teorias do Espaço Educativo 11 – Meio Ambiente, Sociedade, Higiene e Educação 12 – Técnicas de Construção 13 – Equipamentos Hidráulicos e Sanitários 14 – Equipamentos Elétricos e Eletrônicos 15 – Equipamentos e Materiais Didáticos 16 – Segurança na Sociedade e nas Escolas

Fonte: Caderno de Orientações Gerais/Profuncionário (BRASIL, 2014. p. 103).

3.1.3 Processo de avaliação

Dentre as inúmeras definições e compreensões de avaliação, no Profuncionário, essa se volta especialmente, para poder ser e fazer diferente, pois o programa concebe que,

> Avaliar é um ato de reflexão e de crítica que só tem sentido se inserido no contexto histórico, social, político, territorial e cultural: no contexto de vida dos sujeitos envolvidos. Avaliar é a possibilidade de indivíduos e grupos sociais se situarem nos processos em que se constituem como sujeitos históricos (BRASIL, 2014. p. 104).

Neste viés, a avaliação é proposta na e pela valorização da construção de conhecimento e mudança de postura e atitude de cada estudante de maneira individual e particular, resultante de reflexões pessoais e também coletivas. É a valorização de culturas, crenças, valores, identidades e visões de mundo e de educação que são próprias de cada ser humano. Essa diversidade de elementos, visões e por que não utopias é que conduzem à autoavaliação contínua e permanente ao longo do processo de autoformação.

Constituem-se instrumentos e princípios de avaliação, no Profuncionário, os elementos representados, resumidamente na tabela 2.

Tabela 2 – Resumo do processo de Avaliação

PROCESSO DE AVALIAÇÃO	
INSTRUMENTOS	PRINCÍPIOS
Em cada módulo: práticas de leitura, de experimentação, de investigação, de reflexão e de produção textual. No curso: memorial reflexivo da trajetória do cursista. Na PPS: relatório final, descritivo conclusivo, e registro das horas em formulário adequado.	Processual – contínua, de todos os elementos e momentos de formação. Diagnóstica –percepção das dificuldades com vistas a reconstruir e criar outras possibilidades de compreensão e prática. Participativa/Dialógica – coletiva e interativa. Emancipatória – autoavaliação

Fonte: Caderno de Orientações Gerais/Profuncionário (BRASIL, 2014. p.108).

A avaliação no Profuncionário pouco se parece com a experiência que seus estudantes e professores tiveram em estudos e formações anteriores, com provas de conteúdos e notas, que levavam a aprovação ou a reprovação. Nem mesmo se assemelha aos demais cursos técnicos ofertados pela Rede e-Tec, na modalidade EaD, os quais legalmente exigem exames presenciais.

É que o Profuncionário em seus princípios e desejos de proporcionar mudança de ação e fazer a diferença na vida dos funcionários da educação, não vê o menor sentido em "submeter um funcionário ou funcionária, com anos de trabalho e experiência nas redes de ensino, a uma avaliação reprobatória" (Ibid., p. 108).

Cabe aqui, destacar, referenciar e especificar o exercício de Prática Profissional Supervisionada (PPS) e a produção de Memorial Reflexivo, como instrumentos coerentes com a avaliação formativa e emancipatória que o Profuncionário, propõe e objetiva atingir.

A execução das atividades de PPS equivalem, ao estágio supervisionado, exigido pelo art.65 da LDB 9394/96 para os demais cursos técnicos. No Profuncionário difere um pouco em sua execução, pelo fato das 300 horas serem realizadas no decorrer do curso e na função e local de trabalho de cada estudante, tornando dessa forma cada PPSem uma atividade única.

Essa é a formação em serviço. É nesse local e momento que o estudante poderá aplicar os conhecimentos adquiridos no curso, de maneira crítica, com compreensão, explicação e reconstrução do seu fazer profissional cotidiano. Para cada prática o estudante realiza planejamento, estabelece objetivo, define ações e após execução, relata a atividade desenvolvida e impressões e aprendizagens acerca da experiência vivenciada. Ao final do curso todas as PPSs, organizadas em formulários e relatórios parciais, compõem um portfólio intitulado Relatório Final.

Considerando a avaliação dialógica e participativa realizada ao longo do curso, como momentos constitutivos de um mesmo processo de reflexão crítica acerca da própria formação, espera-se do estudante do Profuncionário competência e habilidade suficiente para a escrita de um Memorial Reflexivo ao final do Curso.

Esse memorial de autoria individual é comentado e problematizado pelo próprio autor (estudante) e para o Profuncionário entendido como um documento para registro de reflexões com capacidade e potencial para autoavaliação e transformação de pensamentos e atitudes.

3.2 PROFUNCIONÁRIO NO IFFAR: ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DOS CURSOS

3.2.1 Organização Geral da EaD no IFFar

A Educação a Distância no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), teve expansão significativa no ano de 2012, com a abertura de novos Polos EaD, parceria da instituição com as Redes Públicas de Educação Estadual e Municipal, nas cidades. Fato esse que impulsionou a implantação da Diretoria de Educação a Distância (DEAD), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino para atuar juntamente com a Coordenação Geral da Rede e-Tec Brasil[3][4], nas ofertas de cursos técnicos na modalidade a distância. A DEAD conta com equipe multidisciplinar e em dedicação exclusiva a essa modalidade de ensino orientando, acompanhando e adequando, conforme legislação vigente, as diretrizes de funcionamento dos cursos EaD nos diversos campi e Polos EaD da instituição

Para a oferta e execução e acompanhamento dos cursos da modalidade EaD, cada campus do IFFar possui uma Coordenação de Educação a Distância (CEAD). Esse espaço abriga as Coordenações de Curso e Coordenações de Professores Mediadores (Tutoria), além de ser local de trabalho dos Professores Mediadores a Distância (tutores a distância) e Professores Formadores.

Os professores formadores, assim como os demais sujeitos envolvidos no Programa e bolsistas da Rede e-Tec Brasil, se responsabilizam pela organização dos conteúdos teórico-práticos que compõem a base curricular do curso, no Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA), gravações de videoaulas, pesquisa de bibliografia e material complementar para o enriquecimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Nos Polos de Educação a Distância, localizados nas cidades parceiras, os estudantes encontram a infraestrutura física e tecnológica adequada e recebem a atenção do professor mediador presencial que é responsável por organizar e conduzir os encontros presenciais do curso/turma e dispensar as orientações didáticas e tecnológicas necessárias para o desenvolvimento das atividades

---

[3] Lançado em 2007, o sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Os cursos serão ministrados por instituições públicas.

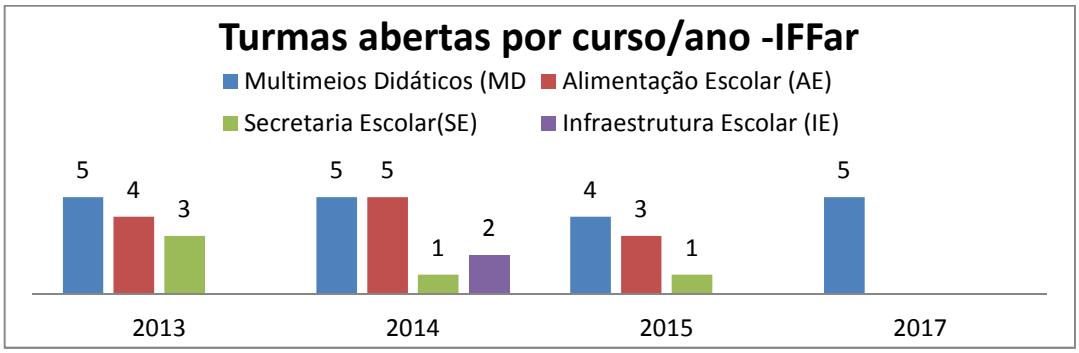
educativas virtuais, de planejamento e acompanhamento de estágios e/ou práticas profissionais, conforme determinações das Resoluções de Nº 102/2013 e Nº 38/2016 do IFFar.

3.2.2 O Profuncionário no IFFar

O Programa de Formação em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino – Profuncionário – iniciou no IFFar em 2012, configurando-se pela assinatura do Termo de Cooperação Técnica Nº 147, de 17 de setembro de 2013, parceria instaurada com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), e com a oferta de vagas nos seguintes cursos: Curso Técnico em Secretaria Escolar, Curso Técnico em Multimeios Didáticos, Curso Técnico em Alimentação Escolar e Curso Técnico em Infraestrutura Escolar.

Conforme a Figura 3, no IFFar entre os anos de 2013 a 2017 foram abertas trinta e oito turmas (38) dos cursos do Profuncionário, em dezenove (19) cidades da região de abrangência da instituição, no Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 3 – Abertura de turmas/ano – Programa Profuncionário - IFFar



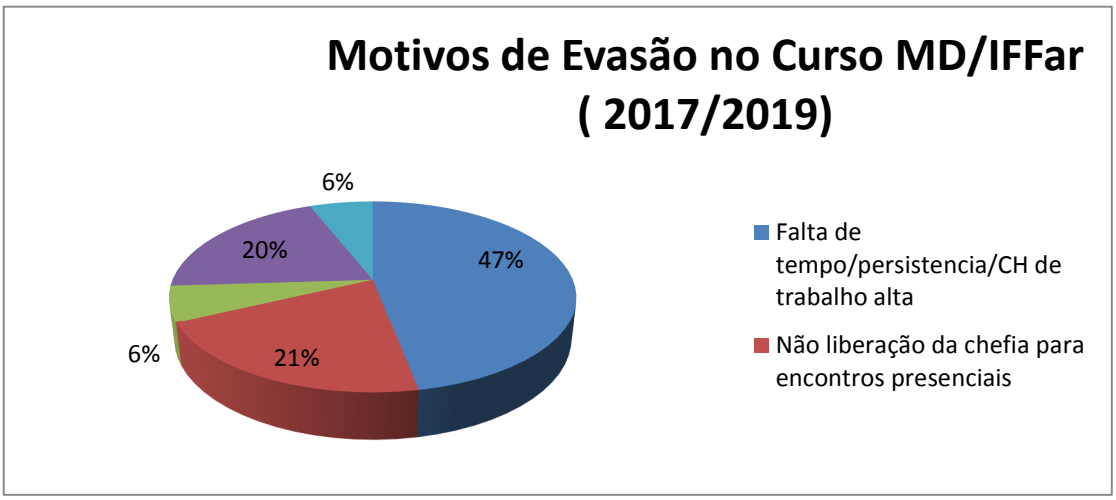
Fonte: da pesquisa.

Em 2017 apesar de significativa redução de vagas para cursos vinculados à Rede e-Tec Brasil, a instituição recebeu duzentos e seis (206) novos estudantes do Profuncionário, em cinco (5) turmas do Curso Técnico em Multimeios Didáticos. Destes, em maio de 2019, noventa e cinco (95) estudantes concluíram o curso com êxito, ou seja 46% dos estudantes tornou-se técnico em educação O índice de evasão e desistência foi de 54%, apesar das ações orientadas pelo Programa de Permanência e Êxito (PPE) que prevê ações individuais e coletivas para

sensibilização dos estudantes do IFFar, para obtenção de êxito em seus empreendimentos de formação.

Diante desse fato, indagamos os alunos concluintes, no questionário final (APÊNDICE E) para se posicionarem quanto aos possíveis motivos que levaram seus colegas de curso/turma a desistirem da formação. A Figura 4 reflete as respostas obtidas.

Figura 4 – Motivos de Evasão no Curso Técnico em Multimeios Didáticos – Turma 2017/2019 do IFFar



Fonte: da pesquisa.

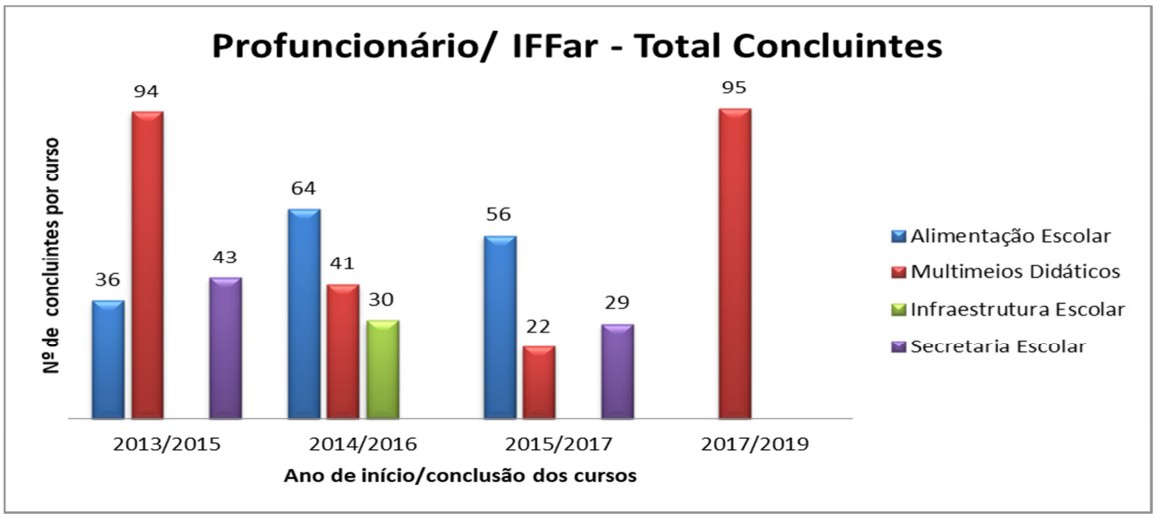
Pela opinião dos 61 respondentes, percebemos que a evasão na EaD, assim como em outras modalidades de ensino acontecem por diversos motivos, mas especialmente pela falta de tempo e persistência aos estudos. Importante mencionarmos, pois esse é um fato que precisa continuamente ser estudado e superado pelas gestões de cursos a distância.

A Figura 4 retrata a existência de fatores externos aos cursos, os quais impedem a sua continuidade, por alguns estudantes. Constata-se no caso dos funcionários da área da educação, menor objeção de acesso as TDIC e de perfil para o estudo a distância e maiores entraves sociais e pessoais no sentido de conciliação dos problemas e afazeres da família, trabalho e estudo.

No entanto, pode-se concluir que a trajetória do Profuncionário na instituição foi positiva, pois o Programa fez-se presente em diversos municípios do nosso Estado e quinhentos e dez (510) funcionários de escolas, concluíram a formação

técnica em educação, nos quatro cursos do Programa, conforme registrado na Figura 5.

Figura 5 – Total de concluintes dos Cursos Profuncionário/IFFar



Fonte: da Pesquisa.

A partir dessa importante política pública de formação dos profissionais da educação, começa a surgir, no interior do estado do Rio Grande do Sul (RS), a história da profissão de técnico em educação, que certamente refletirá de forma positiva na participação do RS na história da educação brasileira.

Apesar da situação difícil que a educação brasileira vem enfrentando em todos os aspectos, esse leque de possibilidades de formação continuada e em serviço que se abriu com o Programa Profuncionário, corrobora para a qualificação da educação básica, devido à importância e à necessidade de implantação de práticas profissionais conscientes e inovadoras no contexto educacional atual.

Entretanto, diante da conjuntura política, social e educacional da atualidade, novos rumos apontam para a Institucionalização da Educação a Distância na Rede Federal de Ensino, como consta nas prioridades da Instituição, definidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional[4] (PDI) 2014/2018 do IFFar.

[4] Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado para um período de 5 (cinco) anos, é um modelo de planejamento estratégico específico da área da educação, ferramenta de gestão, documento que retrata a identidade da Instituição de Ensino Superior (IES) no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão, às estratégias para atingir suas metas e objetivos, estrutura organizacional, diretrizes didático-pedagógicas, administrativas, orçamentárias e de infraestrutura.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Corroborando com Tripp (2005), consideramos esta pesquisa um estudo ancorado na esfera educacional e para atendermos aos seus objetivos, elencamos como método a pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa segundo Minayo (2003, p. 16-18), "é uma atividade da ciência que visa à construção da realidade, preocupando-se com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado". Valorizando e considerando o caráter descritivo do método, elegemos como foco principal de abordagem, o processo e o produto construído pela pesquisadora e pelos estudantes pesquisados.

Buscamos compreender, evidenciar e compartilhar situações reais e virtuais envolvendo potencialidades de transformação da prática profissional educativa, por meio de curso técnico do Programa Profuncionário na modalidade de educação a distância. O curso visa a profissionalização dos funcionários de escola e capacitação para apropriação e utilização das TDIC em contexto escolar.

Mallmann (2015, p. 80) ressalta que "a natureza do objeto, dos objetivos, dos procedimentos metodológicos e das análises interpretativas diferencia a pesquisa-ação de outras tipologias qualitativas em ciências sociais e humanas." Com base nesta premissa, justificamos nossa escolha pela pesquisa-ação, por adequar-se ao estudo e por se tratar de um campo de investigação no qual o pesquisador interfere diretamente no ambiente pesquisado. Thiollent (1986, p. 14) define a Pesquisa-ação como um tipo de pesquisa "concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo".

Entendemos, portanto, que esta pesquisa se enquadra particularmente em nossa proposta, pois a pesquisa-ação potencializa mudança de ação aos envolvidos e benefícios ao desenvolvimento da formação continuada à integração de recursos tecnológicos na prática educacional e nas ações pedagógicas que envolvem o cotidiano escolar.

Tripp (2005) define as etapas de pesquisa-ação como: planejar, agir, monitorar/descrever e avaliar os resultados da ação. Etapas estas estrategicamente organizadas com questionários, entrevistas, observação participante entre outras formas comumente utilizadas. Em contraponto Mallmann (2015. p. 81) nos alerta,

enquanto pesquisadores, para a “necessidade de renovar ferramentas e procedimentos” de pesquisa, haja vista que a defesa central deste tipo de pesquisa é “geração de mudanças e inovações nas práticas social, cultural e educacional”, o que por ora visamos com este trabalho, incluindo como estratégia de coleta de dados, uma produção audiovisual.

Além disso, destacamos que a análise dos dados foi realizada, após a aplicação de questionários que foram aplicados no início e ao final do período de realização da pesquisa; de observações de atividades de PPS e Memorial Reflexivo, postados no Ambiente Virtual de Ensino-aprendizagem e gravação de vídeo com relatos espontâneos dos estudantes do Curso Técnico em Multimeios Didáticos/EaD/IFFar. Para tanto o foco principal da pesquisa foi a análise de possíveis mudanças de ação e/ou redefinição de atuação profissional dos envolvidos nesse processo.

4.1 ESPAÇOS DE PESQUISA

A pesquisa ocorreu em contexto educacional mediado pelas Tecnologias Educacionais em Rede, na EaD do Instituto Federal Farroupilha, tendo como objeto empírico/corpus os estudantes do Curso Técnico em Multimeios Didáticos - Programa Profuncionário (turmas 2017/2019).

Como já mencionado, o Curso Técnico em Multimeios Didáticos, é um dos quatro cursos ofertados pelo Programa Profuncionário e a certificação deste, se dá a âmbito de ensino médio subsequente. O curso, efetivado pelo IFFar, objetiva a formação técnica profissional dos funcionários de escola, para a adequada inserção e integração das TDIC no contexto escolar

Os participantes desta pesquisa possuem formações distintas e atuam profissionalmente em diferentes setores administrativos e de infraestrutura e manutenção, em escolas de educação básica. Trata-se de funcionários de escola que cursaram essa formação técnica, nos seus municípios de residência e/ou atuação profissional, em um dos cinco (5) Polos de Educação a Distância: Barra do Quaraí, Candelária, Ijuí, Sobradinho e São Sepé. A seleção dos estudantes/funcionários participantes da pesquisa ocorreu por convite da pesquisadora, enquanto esteve na função de coordenadora do Curso.

4.2 ETAPAS DA PESQUISA

A ideia inicial da pesquisa surgiu da necessidade da pesquisadora ampliar conhecimentos acerca de efeitos e eficácia que a mediação pedagógica a distância promove nos estudantes da educação a distância, relacionados com a promoção de autonomia e emancipação dos sujeitos nela envolvidos.

Desde o início da atuação com cursos do Profuncionário, a pesquisadora, que até então não tivera contato com a gestão e coordenação de cursos a distância, se imbuiu de curiosidade suficiente para deflagrar-se em pesquisas informais, a respeito de novas formas de ensinar e aprender que essa modalidade de ensino proporciona.

Ao realizar visitas aos Polos de Educação a Distância e conversar com os estudantes, percebeu-se potencial para a pesquisa, nas falas desses estudantes adultos e definidos profissionalmente. Diante desse encantamento e inquietudes em relação a desafios e possibilidades da EaD, para este contexto específico, foi efetivado convite para que colaborassem com a pesquisa. Nesse período a pesquisadora, matriculada no curso de Mestrado Profissional em Tecnologias em Rede, como aluna especial, preparou um esboço das suas intenções em projeto de pesquisa para a seleção de ingresso no curso.

Com o aceite dos estudantes e o êxito na seleção para o curso de mestrado, aos poucos a pesquisa foi se encorpando teoricamente, e percorrendo as seguintes etapas:

- **Planejamento e estruturação da pesquisa**: Esse momento foi de estudos e fundamentação teórica, elaboração dos questionários (APÊNDICES A e E), enumeração dos critérios de análise e de abordagem para a descrição dos dados coletados. Esse momento incluiu ainda a organização da proposta da atividade de produção audiovisual aos estudantes (APÊNDICE B) planejada juntamente com a professora da disciplina de Audiovisuais.

- Coleta de Dados: Esta etapa foi de aplicação dos questionários aos estudantes, por meio de recursos tecnológicos, haja vista que os mesmos foram aplicados de forma on-line. Com o intuito de conhecer e perceber como acorre a comunicação em um ambiente virtual de ensino aprendizagem realizamos observações no AVEA do Curso, com ênfase nas postagens de uma Prática Profissional Supervisionada e do Memorial Reflexivo dos estudantes. Por último, mas não menos relevante, foi proposto aos estudantes, como atividade prática da Disciplina de Audiovisuais, a gravação, autônoma e espontânea, de um vídeo com

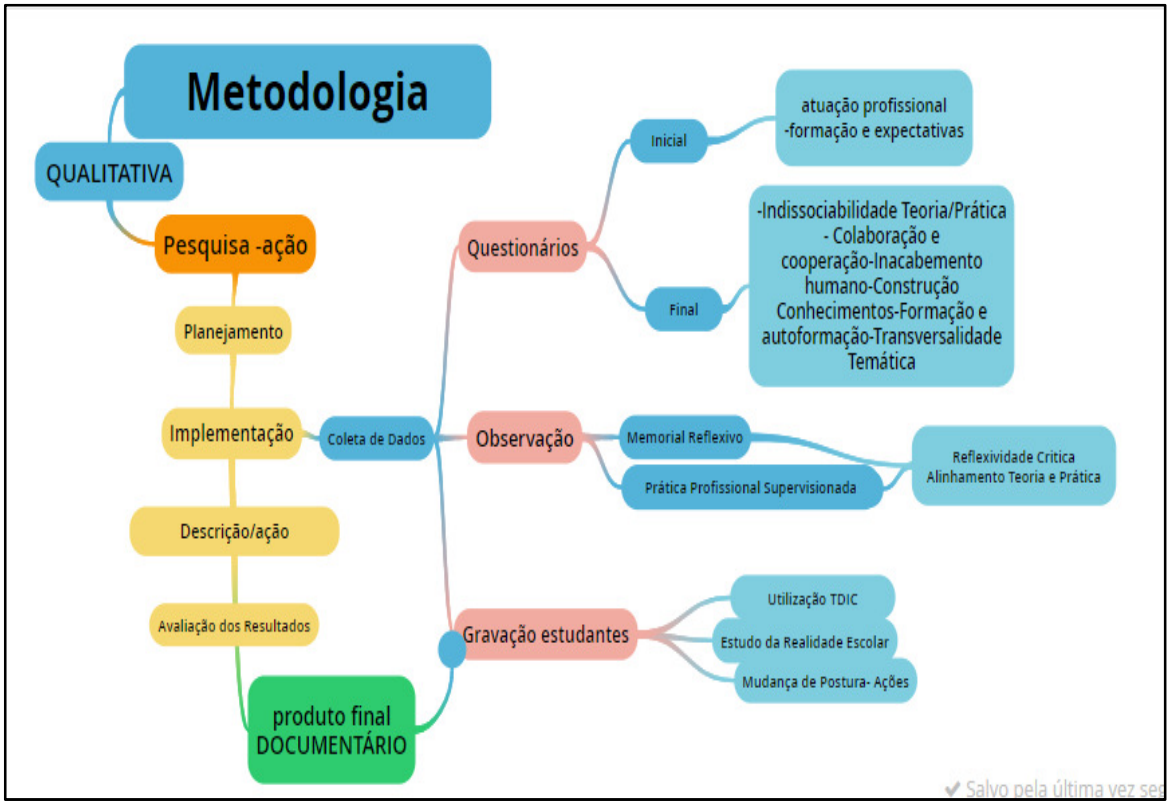
seus relatos e impressões sobre o curso, conteúdos abordados e a possível contribuição do curso à formação de autonomia e emancipação do estudante.

- **Análise de dados:** A etapa de análise e descrição dos dados coletados ocorreu embasada nas respostas dos questionários, pela observação no AVEA, amparada conforme TRIPP (2005) como etapa de monitoramento da pesquisa ação em processo. Nesse caso, a observação foi regida para monitorar as atividades de estruturação da escrita reflexiva nos relatórios de PPS, e memorais reflexivos, além da escuta sensível das falas dos estudantes nos vídeos, as quais retratam a leitura de vida de cada um e suas percepções quanto às situações de aprendizagens vivenciadas durante o transcorrer do curso.

- Produção do produto final: Compreendeu-se período de seleção dos vídeos e falas significativas dos estudantes sobre a contribuição do curso para o desenvolvimento de sua autonomia e emancipação. A organização de um documentário, em formato de vídeo, constituiu o resultado da reflexão-ação-reflexão, desta investigação.

Para melhor visualização das etapas percorridas nesta pesquisa-ação, optou-se pela utilização de fluxograma-Figura 6, elaborada com o recurso tecnológico disponível no ambiente de ensino-aprendizagem: www.goconqr.com

Figura 6 – Fluxograma da Metodologia da Pesquisa



Fonte: da pesquisa.

4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi feita por meio de instrumentos que pudessem ser respondidos e analisados, sem a necessidade de contato físico entre pesquisados e pesquisadora:

a) Questionários

b) Observação de Atividades

c) Produção audiovisual dos estudantes

a. Aplicação de Questionários

Os questionários foram aplicados em dois momentos da realização dessa pesquisa: um no início das atividades e outro ao encaminhar-se para o final das atividades previstas para conclusão da pesquisa. A intenção inicial foi a de mapear o perfil do grupo de estudantes, das cinco (5) turmas/polos do Curso Técnico em Multimeios Didáticos, participantes desta pesquisa. O questionário inicial, disponível em:https://docs.google.com/forms/d/13s_HmQPyprCgu5UnTo4QokI_96u2ZaGLfrtsLjy_fqM/edit contribuiu também para mapear o grau de formação e as expectativas dos estudantes em relação ao Curso. O questionário final está disponível em: https://goo.gl/forms/3m2qHsFcEGRFkoK63 e foi voltado às questões de aprendizagens adquiridas e atividades realizadas pelos estudantes no decorrer do curso. Dessa forma, buscamos perceber as dificuldades enfrentadas e os potenciais auto percebidos pelos estudantes, buscando enfatizar potencialidades do ensino-aprendizagem a distância para a formação autônoma e crítica.

b. Observação das Atividades realizadas pelos estudantes

A análise de atividades realizadas pelos estudantes, no Ambiente Virtual de Ensino-aprendizagem, teve a intencionalidade de explorar a contribuição da realização das Práticas Profissionais Supervisionadas e dos Memoriais Reflexivos, além de aprofundar conhecimentos, quanto às relações de ensino-aprendizagem estabelecidas no curso e suas potencialidades para o empoderamento, autonomia e emancipação dos cursistas. As atividades observadas foram: a PPS da disciplina de Audiovisual e o Memorial Reflexivo.

A PPS como atividade de reflexão sobre a experiência de produção de audiovisual (gravação) na qual autônoma e espontaneamente o cursista fala de si e

de aprendizagens obtidas ao longo do curso e o Memorial Reflexivo proposto aos estudantes como forma de reflexão sobre suas escolhas e decisões de vida e de aprendizagens e mudança atitudinais ocorridas.

Para tanto, orientar as observações foram elaborados critérios de análise conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Critérios de análise para observação de atividade no AVEA

Critérios de Análise para a Observação
O Estudante compreendeu o conteúdo disponibilizado pelo professor formador?
O estudante apresentou/relatou dificuldade para a realização da tarefa/atividade proposta?
A atividade propõe ao estudante ação/reflexão/ação?
A atividade reflete ou propõe algum tipo de mudança de ação/comportamento do estudante frente à sua atuação profissional?
O estudante relata/expõe suas dificuldades e impressões sobre a execução da atividade?

Fonte: da pesquisa

A elaboração desses critérios para análise permitiu validar o registro das observações, considerando duas categorias: as percepções da relação de alinhamento entre Teoria e Prática, e o desenvolvimento de Reflexividade Crítica como potencial de mudanças de ações que refletem a qualificação das atividades cotidianas.

c. Produção audiovisual: vídeo dos estudantes

A atividade foi lançada aos estudantes pelo AVEA/Moodle como Prática Profissional Supervisionada (PPS), no intuito de potencializar a utilização de diferentes meios e recursos tecnológicos para autoavaliação dos estudantes na disciplina de Audiovisuais e coletar dados, de maneira inovadora, para a pesquisa.

A organização e participação em uma produção audiovisual com relato de experiências pode levar o estudante a compreender o uso dos recursos tecnológicos e midiáticos para fins didático-pedagógicos, além de oportunizar a inter-relação de saberes anteriores com o aprendizado adquirido no curso ou pelo manuseio de instrumentos tecnológicos, como a câmera do aparelho celular.

Nesta ótica, a estruturação do pensamento para o relato que irá protagonizar, transforma a produção audiovisual (gravação) em ferramenta didática, possibilitando

ao estudante reconhecer, produzir e socializar novas e diferentes formas de aprender.

As gravações dos relatos foram realizadas pelos próprios estudantes, de maneira autônoma e encaminhada pelo AVEA e/ou em link disponibilizado, para a professora da Disciplina de Audiovisuais e para a pesquisadora. Após escuta sensível fez-se a seleção das falas que foram incluídas na programação do vídeo/documentário - produto final da pesquisa. Nessa dinâmica organizacional das atividades tivemos como prioridade, investigar falas que remetessem a identificação de possível mudança de ação/conduta dos estudantes do Profuncionário após usos e apropriações das mídias e TDIC, e o potencial desta relação para o desenvolvimento do protagonismo e emancipação desses sujeitos.

Para facilitar a seleção dos vídeos, organizamos previamente os critérios de análise, constantes a seguir, no Quadro 2:

Quadro 2 – Critérios de Análise para a seleção dos relatos/depoimentos

Critérios de Análise para a seleção dos relatos/depoimentos dos estudantes
O Estudante compreendeu a proposta da atividade?
O relato/depoimento do estudante reflete ação/reflexão/ação?
O relato reflete algum tipo de mudança de postura/comportamento do estudante frente à sua atuação profissional, após o início do curso?
Percebe-se pela atividade, que o estudante possui domínio quanto ao uso das TDIC e a sua potencialidade para o meio educativo?
O material produzido pelo estudante é de boa qualidade (clareza da filmagem, dicção e coerência com o proposto)? O Estudante levou em consideração as dicas sobre produção audiovisual, disponibilizadas pelo professor?
O estudante em sua fala contempla/responde o que foi solicitado na atividade?

Fonte: da pesquisa.

A elaboração dos critérios para análise e seleção dos vídeos dos estudantes para a composição do documentário - produto final - seguiu a organização destes em três categorias: a utilização das TDIC na educação, o estudo aprofundado do ambiente escolar e a mudança de postura frente às atividades laborais cotidianas.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo desse capítulo é explanar dados da pesquisa que explicitam o perfil sociocultural e a atuação profissional dos entrevistados, de forma a evidenciar os profissionais da educação, que atuam nas atividades administrativas e de infraesturtura em escolas de educação básica, considerando que o processo educacional é complexo e demanda de compartilhamento de responsabilidades por todos os seus atores. Pretendemos elencar também perspectivas dos estudantes ao iniciar o curso, constatar e relatar experiências, aprendizados e percepções construídas no decorrer dos dois anos de vivências e experiências oportunizadas, para a formação integral do técnico em educação, mais precisamente do Técnico em Multimeios Didáticos.

5.1 QUESTIONÁRIO INICIAL

Analisamos os achados dos instrumentos de coleta de dados: Questionário Inicial (Apêndice A), para mapear o perfil sociocultural e desvendar as expectativas dos estudantes ao ingressarem no curso, a partir de três categorias:

- Características gerais dos sujeitos pesquisados, da carga horária de trabalho, tempo de atuação e da função profissional;
- Características dos estabelecimentos de ensino;
- Nível de formação e as expectativas, quanto ao Curso Técnico em Multimeios Didáticos-Profuncionário.

Contamos com 44 respostas, dos 122 estudantes convidados a contribuírem com a investigação entre agosto e setembro de 2018.

5.1.1 Os sujeitos pesquisados: características gerais

Os sujeitos dessa pesquisa são funcionários de escolas da rede pública e privada de ensino e estudantes dos Polos de Educação a Distância nas cidades de Barra do Quarai, Candelária, Ijuí, São Sepé e Sobradinho.

Em maioria absoluta (90,7%) mulheres, 79,1% declaradas brancas e com idade entre 20 e 50 anos, revelando que as tarefas administrativas e de

infraestrutura das escolas de educação básica são realizadas basicamente por mulheres.

Uma maioria significativa destas mulheres (72,1%) contribui para sustento e manutenção das despesas da casa, dividindo as despesas com outras pessoas. Do restante 16,3% é responsável pelo provimento integral do sustento da família e apenas 11,6% não colabora com as despesas da casa, utilizando seus dividendos de trabalho, apenas para benefício próprio. Diante desse dado, podemos perceber a importância do salário desses funcionários para a renda familiar e para a economia das suas comunidades. Evidencia-se também a responsabilidade feminina para manutenção familiar e da sociedade, não somente com a contribuição financeira, mas também estrutural psicológica e afetiva.

5.1.2 Características dos estabelecimentos de ensino, da carga horária, tempo de atuação e da função profissional dos sujeitos da pesquisa

Dos respondentes, a maioria atua na rede municipal de ensino (62,8%) e 32,6% na rede pública estadual. Uma parcela mínima é proveniente de escolas da rede privada de ensino. Estima-se que esse índice de maior adesão dos funcionários da rede municipal de ensino deriva de incentivo da rede para a formação continuada de seus colaboradores e também por maior possibilidade de alteração dos planos de carreira do magistério pelos municípios. Haja vista que o poder público do Estado do Rio Grande do Sul não tem demonstrado interesse em alteração do Plano de Carreira que valorize a formação técnica.

Conforme característica de carga horária na função de funcionário público, 67,4% trabalha 40 horas semanais, 25,6 % possui carga horária reduzida ou personalizada de 30 horas semanais. Ainda, 7% atua com 20 horas semanais de trabalho, e geralmente nesse caso, são professores, que por necessidade da escola ou por readaptação funcional, são designados para o exercício de atividades administrativas dentro dos estabelecimentos de ensino.

Portanto, os funcionários das escolas possuem uma demanda de trabalho bastante extensa, passando maior parte do dia em seu ambiente laboral. Fato este que exige boa saúde física e mental, bem como um ambiente harmônico e cortês entre colegas.

Inquiridos sobre a distância percorrida diariamente até o local de trabalho, 69,8% reside a menos de um (1) km de distância e, destes 48,8% não necessita utilizar nenhum tipo de transporte para deslocamento. O fato de residir na

comunidade em que a escola está inserida pode favorecer o nível de comprometimento e sentimento de pertencimento à comunidade escolar.

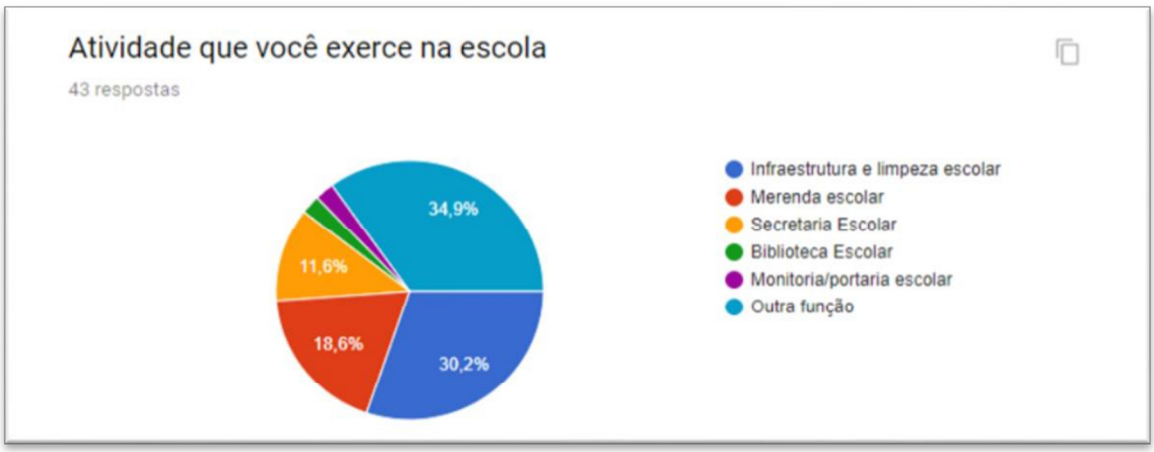
Uma parcela de 32,6% utilizam meio de transporte particular para o deslocamento diário até seu ambiente de trabalho e 7% valem-se de transporte coletivo privado. Apenas. 7% conta com transporte escolar municipal gratuito.

Os dados relativos ao tempo de atuação profissional dos pesquisados, indicam que a maioria dos participantes está na função de serviço público escolar a bastante tempo, e uma parcela significativa de 32,6% ingressou na atividade a menos de cinco (5) anos.

Neste escopo, pode-se perceber a riqueza de possibilidades de discussões a respeito da atuação profissional que pode surgir dos relatos de experiência e compartilhamento de saberes dos mais experientes, aliado a novas e diferentes visões das relações de trabalho de uma geração mais nova.

Quanto a função exercida na escola, como podemos acompanhar na Figura 7 a maioria dos sujeitos dessa pesquisa atua em setores de infraestrutura e limpeza escolar, pois a parcela de 34,9% que escolheu a alternativa “outra função” também atua em funções administrativas de manutenção escolar, nomeadas em alguns municípios como atividade de auxiliar administrativo ou serviços gerais. O restante está em atuação no setor de alimentação, em secretarias, bibliotecas e na função de monitores escolares, ou seja, atendendo diretamente aos estudantes da educação básica em atividades de apoio didático pedagógicas.

Figura 7 – Função exercida na escola



Fonte: Questionário inicial – Apêndice A.

Os estabelecimentos de ensino, nos quais os participantes da pesquisa atuam, localizam-se em maioria nas periferias das cidades, em vilas, num

percentual de 46,5% do total. As demais estão localizadas no centro das cidades 37,2% e apenas 14% em zona rural e em localidades com população reduzida.

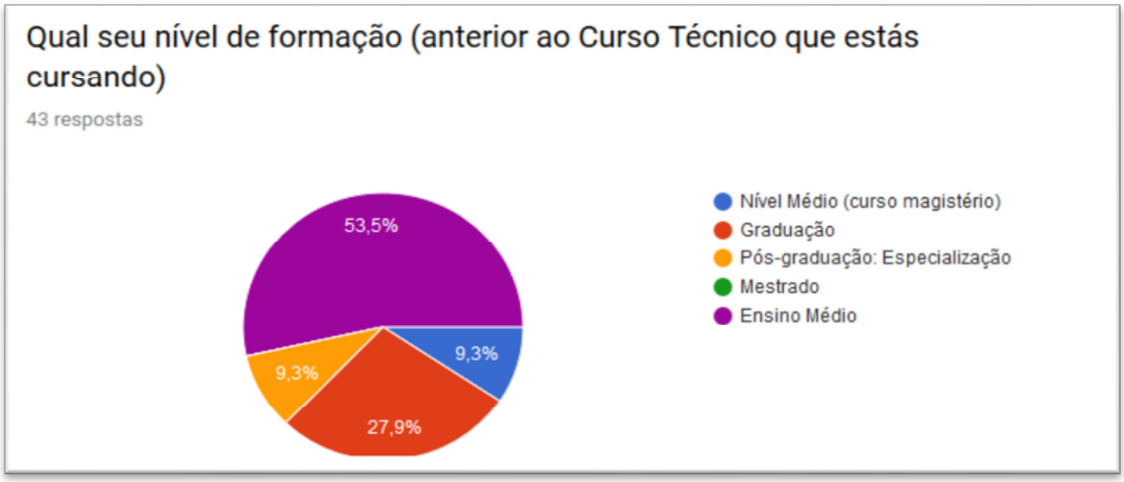
Considerando o número de estudantes das escolas, pode-se dizer que os respondentes, em maioria atuam em escolas de médio porte, pois 69,8% desses estabelecimentos possuem um número que varia entre 101 e 500 estudantes matriculados. Uma parcela pequena atua em escolas grandes, com mais de 500 alunos, e 14% são funcionários em escolas de pequeno porte, com menos de 100 estudantes matriculados.

Reforçando os dados acima, 60,5% das escolas são de médio porte e contam com um número que varia entre cinco (5) e quinze (15) funcionários para atendimento das atividades e funções administrativas, de apoio pedagógico, manutenção e infraestrutura. Portanto, concluímos que independente do tamanho da escola, os funcionários dificilmente trabalham sozinhos, necessitando contribuir, cooperar e/ou dividir as tarefas da sua função, com outros colegas. Nesse sentido, a manutenção de relações interpessoais éticas e respeitosas é necessária à constituição de um ambiente de trabalho salutar.

5.1.3 Quanto ao nível de formação dos pesquisados e o Curso Técnico em Multimeios Didáticos

Conforme exposto na Figura 8 a formação de mais da metade dos funcionários, respondente da pesquisa, ao ingressarem no Curso Técnico em Multimeios Didáticos, é de Ensino Médio, refletindo a necessidade de maior oferta de cursos técnicos e profissionalizantes no interior do nosso Estado.

Figura 8 – Formação inicial dos sujeitos da pesquisa



Fonte: Questionário inicial - Apêndice A.

As informações nos remetem a reflexões a respeito da importância da oferta de formação continuada e em serviço à classe trabalhadora. Nesse sentido a EaD tem relevante papel ao possibilitar a ampliação de formação técnica e acadêmica aos trabalhadores, não somente da área da educação, mas em todos os âmbitos e formações. A Educação a Distância consegue atender a população do interior, que por não poder deslocar-se até as cidades maiores onde há universidades e outras possibilidades de formação acadêmica, interrompem os estudos.

Reforçando essa premissa, ao serem questionados quanto ao hábito de participação em cursos e momentos de formação continuada, 30,2% dos respondentes, disseram que o fazem “sempre que possível” e 25,6% “eventualmente”. Ainda 16,3% responderam que participam “anualmente” de alguma ou outra formação e 18,6% disseram ser esse (curso técnico em Multimeios Didáticos) o primeiro curso de formação que estão participando. Apenas 9,3% respondeu que nunca participou anteriormente de cursos de formação específicos para sua atuação profissional.

As respostas nos levam a concluir que se houver a oferta de cursos de formação continuada, os funcionários de escola participam. Com a possibilidade da formação oportunizada pelo Programa Profuncionário, muitos funcionários puderam ampliar seus estudos e tornarem-se técnicos em educação, sem prejuízo aos seus horários de trabalho e sem deslocamentos. Considera-se portanto, positiva a oferta de cursos técnicos a distância e com atividades práticas para realização no próprio ambiente de trabalho.

Nessa ótica, inquirimos sobre como tomaram conhecimento do Programa Profuncionário e do Curso Técnico em Multimeios Didáticos que estão cursando, 52% diz ter sido informado por colegas de trabalho, 44% recebeu informação diretamente no Polo EaD da cidade e 4% pelas redes sociais.Dessa forma destacamos a importância das boas relações e do diálogo entre colegas de trabalho, pois no contexto estudado, foi a forma mais eficaz de difusão da abertura do edital para inscrição no referido curso de formação profissional.

Em destaque ainda, o trabalho realizado pelos Polos de EaD, nas cidades onde estão localizados, para a divulgação dos cursos, incentivo à formação e ampliação da escolarização da comunidade local. Portanto, o principal objetivo da

educação a distância, que é o de interiorização da educação, está sendo atingido nos municípios do interior do Estado que possuem Polos de Educação a Distância.

Nesse sentido, ao responderem sobre as suas expectativas em relação ao curso de Multimeios Didáticos, algumas falas refletem a alegria dos estudantes com a possibilidade de formação profissional, demonstrando que com o curso almejam "progredir nos estudos e na carreira profissional", "melhorar o desempenho no trabalho", "aprender cada vez mais", "conhecer novas técnicas", "adquirir conhecimentos, experiência, se atualizar, qualificar e se aperfeiçoar", "conseguir diploma de técnico". Outras respostas refletem a necessidade, percebida pelos funcionários escolares, de ampliação de conhecimentos e práticas sobre a utilização das tecnologias no contexto educacional, quando dizem que almejam "aprender mais sobre Multimeios por ser assunto novo", "aprender sobre internet e informática", "aprender a usar ferramentas tecnológicas", "aprender a fazer vídeos e áudios".

Sobre a relevância da proposta de um curso específico para funcionários de escola, das 44 respostas obtidas, apenas 2 (duas) foram negativas e justificadas pelo fato de compreenderem que "o conhecimento 'deve ser igual para todos'" e que "os cursos devem ser direcionados a todos de todas as áreas".

Nessa negação, percebemos um teor de sentimentos e atitudes de desigualdade e/ou discriminação ainda presente nas instituições escolares e que afetam as relações e os sentimentos de pertencimento dos servidores à função de agentes educacionais que são. Nesse sentido Monlevade (2009) reforça que a formação desejada pelo Profuncionário

> Não se trata somente de multiplicar as habilidades da merendeira, de inserir o pessoal da limpeza no mundo da higiene química, de informatizar as ações dos auxiliares de secretaria e de biblioteca, de modernizar os aparatos de segurança. Para terem identidade de educadoras e educadores, as técnicas e as tecnólogas em multimeios didáticos, em alimentação, em infraestrutura e em gestão escolar precisam assumir o compromisso com o projeto político pedagógico da escola e com a gestão democrática do sistema de ensino, engajar-se na formação continuada, no trabalho cotidiano de planejamento e avaliação coletiva do espaço e do tempo escolares (MONLEVADE, 2009, p. 350).

Ou seja, trata-se da desconstrução e reconstrução de conceitos que influenciem na constituição desses funcionários escolares em educadores, haja vista que estão inseridos em instituições de ensino formal e, portanto, é imprescindível

que se sintam pertencentes, importantes e comprometidos com a cogestão desses espaços.

Seguindo na análise das respostas, os outros quarenta e um (41) funcionários consideram importante a proposta do curso compatível com a sua atuação profissional e em serviço. Esses se percebem integrantes de uma equipe e entendem que precisam aprimorar estudos e melhorar a atuação profissional.

Um número expressivo de trabalhadores da educação reconhece a valorização da sua função dentro da escola, pelo fato de ocorrer a oferta uma formação específica para a categoria. Estudar assuntos correlatos aos seus afazeres diários e poder conhecer e discutir sobre o ambiente que atuam é fator relevante de estímulo ao estudante do Profuncionário, contribuindo para sua permanência e êxito no curso.

No início do curso, apenas quatro (4) funcionários reconheciam que as pessoas atuantes nas atividades do contexto escolar da educação básica, exerce funções e atitudes que educam, seja pelo exemplo ou pela intervenção junto aos estudantes da instituição. Em comparativo com à tomada de conhecimento sobre o curso em sua cidade, percebemos que as respostas que sinalizam essa consciência, são dos respondentes que cursaram um outro curso do Programa Profuncionário anteriormente. Fato que enobrece o trabalho realizado pelo programa.

Os participantes da pesquisa foram inquiridos com a seguinte questão: Você acredita que possa transformar sua prática profissional a partir do que estudares nesse curso? Explique!

Trinta e oito (38) estudantes responderam que sim, três (3) responderam “com certeza” e dois (2) mencionaram que talvez possa haver transformação de sua prática profissional após o curso. Ao concluírem a resposta, explicando-a, a maioria concorda e relata que “o que se aprende de novo, tende a contribuir para melhorar a carreira profissional”, dizem que “o conhecimento transforma a prática”, e que “um curso técnico prepara para o trabalho de qualidade”. Outros revelam que “poder estudar entre colegas de profissão ajudará nas relações interpessoais”, e que “o curso ajudará na qualificação profissional e para prestar um ótimo trabalho na escola”. Alguns ainda mencionaram o desejo de que essa formação técnica possa abrir caminhos para a valorização da categoria e influenciar em concursos

futuros, para as funções escolares, haja vista que fortalecerá a classe para reivindicações nesse sentido.

Dos quarenta e quatro (44) estudantes que responderam as questões do questionário, vinte e quatro (24) utilizaram de livre vontade, o espaço destinado a considerações e sugestões diversas quanto ao curso. Foram unânimes dizendo que estavam contentes com a oferta do curso em suas cidades, cabendo destaque para a seguinte fala:

> O curso Profuncionário foi uma porta que se abriu para muitos que estavam sem estudar e não tinham contato com a informática, é uma grande oportunidade de qualificação, e nos traz o conhecimento que estava adormecido em nossa mente, porque muitas coisas que trabalhamos no curso reforça o que já sabíamos, mas não era praticado. (ESTUDANTE POLO A)

É perceptível o contentamento dos estudantes com a possibilidade de retornar aos estudos e principalmente em poder cursar na modalidade EaD uma formação na sua área de atuação profissional, próximo à residência e local de trabalho. No entanto, mesmo que em pequena escala, as respostas revelam dificuldades que alguns tiveram para interagir com outros profissionais (seus colegas de trabalho). Detalharam que para realização das atividades de entrevistas e pesquisas em suas escolas de atuação, tiveram por vezes, que conviver com a objeção por parte da instituição. Alguns colegas e gestores dificultaram o acesso a documentos como o PPP e Regimento Escolar, necessários para a exploração do espaço escolar, com o intuito de ampliar o nível de conhecimentos, de ampliar participação e o sentimento de pertença ao ambiente escolar.

Neste contexto, sendo a escola de educação básica, responsável pelo ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes, necessita avançar no sentido de proporcionar a inclusão e estimular a corresponsabilidade de todos os seus atores nas tomadas de decisões e também nas atividades educativas e de apoio didático pedagógico.

5.2 QUESTIONÁRIO FINAL: OS PRINCÍPIOS DO PROFUNCIONÁRIO E SEU ALCANCE

O instrumento questionário final (APÊNDICE E) foi organizado com o intuito de buscar informações quanto ao potencial dos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos estabelecidos no Programa Profuncionário, como orientadores para a formação de sujeitos autônomos, capazes de emancipação pessoal e social refletindo no protagonismo

Iniciamos questionando os pesquisados, todos funcionários de escola, se se sentiam mais autônomos ao final do curso e 99% responderam que sim. Destes, em maioria absoluta, justificam que o curso os aproximou das tecnologias digitais capacitando-os para a utilização de recursos tecnológicos que ainda não eram de conhecimento. Relatam também que a aquisição desses conhecimentos, os desafios propostos pela Educação a Distância e as discussões e reflexões realizadas tanto nos encontros presenciais quanto nos fóruns virtuais, tornou-os mais seguros para a realização de suas atividades cotidianas.

As respostas salientam aspectos positivos na relação de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias. Os estudantes valorizam essa mediação como desafiadora e incentivadora para a busca de mais conhecimento, quando dizem que “a EAD me fez ir em busca de novas leituras e aprendi a pesquisar por conta própria outros temas e assuntos que tinha vergonha de perguntar” ou que “estudar na EAD me deixou mais autônoma, pois entendi que quando tenho alguma dúvida ou curiosidade posso buscar as respostas”.

Alguns estudantes relatam a experiência com a Educação a Distância explicando que “a comunicação oral é diferente da escrita e não ter o professor explicando a matéria, faz com que a gente tenha de ler e escrever melhor”. Essa fala compreende a amplitude da relação mediada pelas TDICs, valorizando a comunicação escrita, tão presente atualmente em nossa sociedade por meio de mensagens e e-mails.

Destacamos aqui, o tom de encantamento no relato de uma estudante, que ao falar sobre como é estudar num curso EaD, conta-nos a experiência que teve com a ferramenta Wiki, dizendo que,

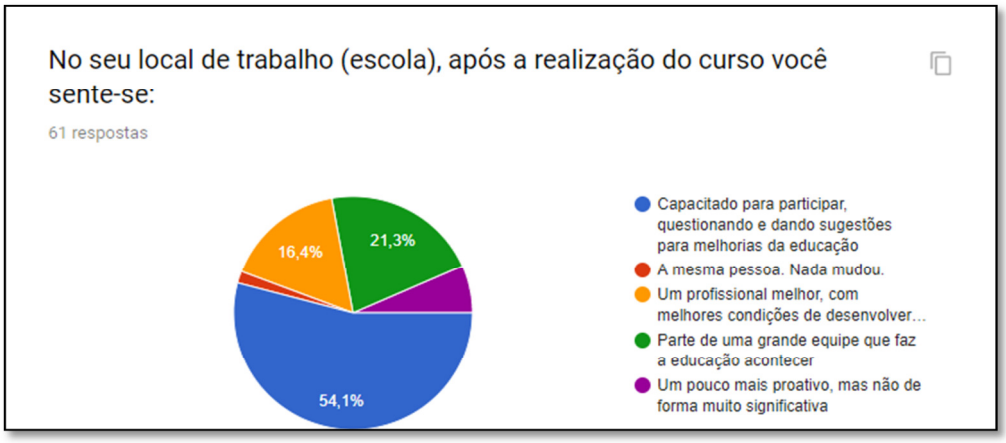
> Além de ampliar o conhecimento relacionado às mídias e aprender a usar os recursos tecnológicos, eu nunca pensei que fosse possível fazer um trabalho em grupo pela plataforma. Foi difícil, mas ao mesmo tempo incrível, por que deu certo. Tivemos de trabalhar de longe, todas escrevendo o mesmo texto. (ESTUDANTE POLO B)

A relação de ensino-aprendizagem a distância pode ser promotora de autonomia e emancipação, principalmente quando a proposta didática exige novos conhecimentos e a colaboração de outras pessoas. Corroborando com Freire (1997), é preciso que o educando vá assumindo o papel de sujeito, reconhecendo-se como arquiteto da sua própria aprendizagem, ou seja, "o ensino de conteúdos demanda que quem se acha na condição de aprendiz, vá assumindo a autoria também do conhecimento do objeto" (FREIRE, 1997 p. 140).

Neste sentido, retomamos a importância do caráter formativo do Programa Profuncionário como formação de sujeitos reflexivos e capazes de participação efetiva nas decisões e afazeres em escolas de educação básica. Compreende-se que a formação dos sujeitos escolares, sejam eles gestores, professores, funcionários e/ou estudantes, numa perspectiva emancipatória, requer o ensino-aprendizagem voltado para a participação, também na produção colaborativa desse ambiente.

A Figura 09 retrata como os estudantes do Curso Técnico em Multimeios Didáticos das turmas participantes desta pesquisa, sentem-se ao finalizar o curso, com relação aos seus ambientes de trabalho e a percepção de desenvolvimento da sua autonomia:

Figura 9 – Percepção de autonomia desenvolvida enquanto estudante EaD



Fonte: da pesquisa.

Um número expressivo respondeu sentir-se capacitado para participar, questionar e sugerir melhorias em seu ambiente de trabalho, outros sentem-se parte integrante de uma grande equipe que faz a educação acontecer e alguns responderam que ao concluírem o curso se consideram profissionais melhores, com condições de desenvolverem o trabalho com mais qualidade. Ainda uma parcela pequena, diz sentir-se um pouco mais proativo do que no início do curso. Apenas dois respondentes alegam que o curso não mudou em nada seu modo de ver a vida e a profissão, pois já realizavam o seu fazer profissional conforme a abordagem trazida pelo Profuncionário.

Diante dessas respostas podemos perceber que o princípio da Formação como autoformação ou transformação de si mesmo percorre trajetória única e individual para cada ser humano em especial. A caminhada reflexiva que cada sujeito percorre em busca de autonomia, depende do seu embasamento anterior e das experiências vividas. [Trans] formar-se em um ser humano melhor, autônomo e capaz de construção de história própria, requer essencialmente vontade de mudança e consciência da sua importância para o mundo. Em relação à experiência formadora de si mesmo, Josso (2004, p. 48) contribui para nosso entendimento, ressaltando que a mesma “implica uma articulação conscientemente elaborada entre atividade, sensibilidade, afetividade e ideação, ao observar que tal articulação objetiva-se em uma representação e em uma competência”.

Neste sentido, e questionados sobre como está a sua relação com os colegas de trabalho, após o curso, 41% responderam que sempre tiveram um bom relacionamento com seus colegas e gestores escolares, 31,1% disseram que as suas relações com os colegas melhorou muito e 23% que melhorou. Vimos que mais de 50% dos estudantes relatam terem alterado suas relações de trabalho para melhor. Essa qualificação das relações interpessoais reflete o aumento da capacidade de empatia e da vontade de produção de um ambiente laboral harmônico por parte desses funcionários em formação.

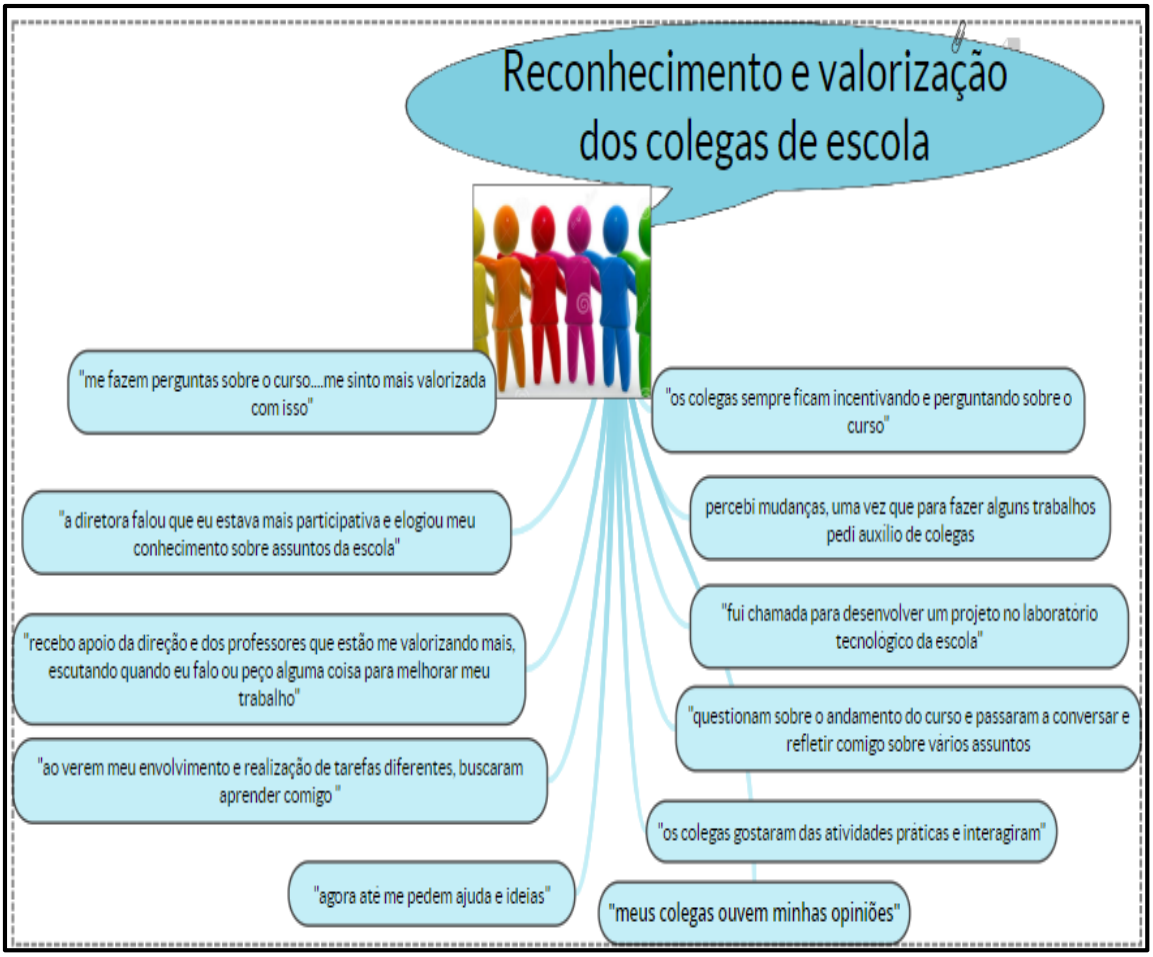
O questionário, indaga se o estudante do curso técnico em Multimeios Didáticos percebeu mudança de postura em seus colegas de trabalho e gestores escolares após saberem que ele estava cursando um curso profissionalizante. Os achados refletem que 26,2% dos estudantes não perceberam mudança de postura em seus colegas e gestores, porque já tinham relações de amizade e de trabalho consolidadas num ambiente respeitoso e de valorização dos servidores como retrata

a fala de um estudante que diz “a equipe de trabalho da escola é sempre muito cooperativa e o diálogo sempre foi ponto forte do grupo, ou seja, permaneceu igual”.

No entanto um percentual expressivo de, 73,8% disse que sim, as pessoas com as quais atuam cotidianamente, mudaram de postura quando souberam que estavam se profissionalizando. As percepções dos funcionários/estudantes traduzem a satisfação e o reconhecimento dos colegas e gestores escolares e, o incentivo e auxílio recebido para a realização das atividades da prática profissional supervisionada e para a conclusão do curso com êxito.

Na Figura 10, com o GoCnoqr (https://www.goconqr.com/pt-BR/), constam declarações expressivas dos respondentes, quanto a visão dos seus colegas de trabalho com relação à formação profissional que estavam realizando.

Figura 10 – Mapa mental mudança de postura diante dos colegas em formação



Fonte: da pesquisa.

Portanto, concluímos que o princípio da Indissociabilidade entre Teoria e Prática, proposto nas formações técnicas do Profuncionário, promove a aproximação

dos seus estudantes com os demais profissionais em atuação nos espaços escolares. Ao pesquisar sobre seu ambiente profissional, os estudantes são estimulados a conversarem com seus pares e gestores sobre as ações cotidianas desenvolvidas na escola para conhecerem os objetivos de cada ação planejada e ocorrida nesse ambiente educativo. No desenvolver dessa pesquisa e na necessária interação têm a possibilidade de sentirem-se pertencentes e corresponsáveis com o fazer educativo da instituição. Nesse exercício involuntário, constituem-se cidadãos com habilidades e competências, capazes de contribuírem para uma educação de qualidade. No caso dos técnicos em Multimeios Didáticos, competências relacionadas também à capacidade de auxiliar tecnicamente na ampliação do uso e apropriações das TDIC em caráter didático e pedagógico.

Diante do exposto, percebemos a relevância das formações continuadas, pois a partir de capacitação profissional, cada sujeito que transforme sua prática para melhor, contribui com a união e o comprometimento dos demais colegas e assim é possível a constituição de um ambiente educativo além de eficiente, inovador e, sobretudo mais humano e acolhedor.

Nesse sentido, concordamos com Kenski (2007), quando aborda que,

> Não basta assimilar informática, internet e outras tecnologias do conhecimento; as novas tecnologias trazem transformações nas formas de trabalhar o conhecimento exigindo e trazendo por sua vez, novas formas de trabalhar o conhecimento e exigindo novas formas de organização do tempo, do espaço, das relações internas da escola. (KENSKI, 2007, p. 46).

Assim sendo, entendemos que ao tornarem-se técnicos em educação, esses profissionais sentem-se mais preparados para o enfrentamento das relações interpessoais, e atividades escolares com a utilização de material de apoio tecnológico, não somente no sentido técnico, mas também com inovações nos objetivos pedagógicos e educativos, possibilitados com presença das TDIC Assim, trazendo novas e diferentes formas de organização, trabalho e relações internas da escola como sugere Kenski (2007).

A figura 10 remete também à constatação de que o Programa Profuncionário consegue atingir seus objetivos quanto ao princípio da co-construção, da co-laboração e da co-operação pois com a proposta das PPS - práticas profissionais supervisionadas - que acontecem durante todo o transcorrer da formação, remete cada estudante à reflexão das suas ações diárias e ao planejamento dessas

mesmas ações de maneira intencional, elaborando objetivos e prevendo resultados que não serão individuais e sim coletivos.

Nesse processo de realização de práticas profissionais os estudantes do Profuncionário participantes dessa pesquisa, envolveram os demais profissionais da escola solicitando ajuda e/ou observando e relatando experiências bem sucedidas. Assim, num fazer cooperativo e de colaboração estimulam a construção de um ambiente de trabalho pensado, buscado e desejado pela maioria.

Questionados sobre conteúdos que os estudantes do curso Técnico em Multimeios Didáticos conseguiram efetivamente colocar em prática no dia a dia de trabalhador da educação, as respostas foram compiladas, conforme podemos acompanhar pela Figura 11 elaborada em GoCnoqr (https://www.goconqr.com/pt-BR/)

Figura 11 – Eixos de relações estabelecidas entre teoria e prática

Fonte: da pesquisa.

Diante do exposto, podemos verificar que o conteúdo do curso envolve dois eixos fundamentais que estão inter-relacionados e que servem de estudos

aprofundados objetivando encaminhar os estudantes para uma prática profissional refletida. Esses dois temas: Funcionário e Escola estão presentes intrinsecamente na vivência diária do trabalhador da educação e por vezes relegados a segundo plano, devido à rotina dinâmica que envolve o trabalho em ambientes escolares e/ou pela falta de hábito de reflexão sobre acontecimentos cotidianos.

Nesse sentido, para que ocorram alterações de postura frente ao ambiente profissional, Josso (2009, p. 136), nos remete a seguinte compreensão: "significa que temos de fazer um trabalho de reflexão sobre o que foi vivenciado e nomear o que foi aprendido". E ressalta ainda a necessidade de pensarmos que "todas as experiências são vivências, mas nem todas as vivências tornam-se experiências" e é por isso que:

> O desafio das situações educativas se encontra na imaginação de formas de aprendizagem que vão surpreendendo o aprendizado. Estas formas oferecem uma oportunidade de transformar a vivência proposta em experiência analisada, no decorrer da situação educativa (JOSSO, 2009, p. 136).

Nesse sentido compreendemos que para as vivências se transformarem em experiências, o exercício reflexivo deve permear cada instante de nossas vidas, por mais que os acontecimentos nos pareçam sem importância.

Corroborando com Josso (2009) elencamos algumas respostas dos estudantes sobre a relevância do estudo de temáticas do cotidiano para que se configure num novo fazer. Nesta lógica, os respondentes concordam que para a transformação de suas práticas, foi necessário conhecer a teoria e principalmente refletir sobre suas ações, dizendo que "os estudos sobre cultura me ajudaram bastante, passei a observar e respeitar mais o contexto dos alunos", "refleti sobre minha prática e hoje utilizo muito mais os livros com os bebês que ficam comigo no pós-almoço", "tenho ajudado os professores da escola, no laboratório de informática antes do curso só entrava nele (laboratório) para varrer".

Nas falas percebemos que os estudantes, narram o acréscimo de novos saberes nas vivências adquiridas ao longo da trajetória profissional. Percebe-se o emergir de novas possibilidades, resultam num fazer renovado, inicialmente individualizado, mas que possivelmente se complementam num fazer coletivo na escola, à medida que haja envolvimento de outros profissionais e colegas de profissão.

O Programa Profuncionário, como se pode perceber nos relatos dos estudantes, organiza os conteúdos disciplinares dos cursos, estimulando e desafiando para que haja efetivamente o alinhamento entre teoria e prática. Esse processo, por ser contínuo, encaminha os estudantes a pensarem seus afazeres de modo a contribuírem para o surgimento de novas práticas, recriadas e reelaboradas, pela exigência de corresponsabilidade, não de alguns, mas de todos os sujeitos envolvidos no processo.

Conclui-se, portanto que o Programa atinge seus objetivos, também quanto aos princípios de transversalidade temática e construção de conhecimentos, pois envolve a necessidade de desconstrução e reconstrução de conceitos, saberes e fazeres, conforme descrito no Manual de Orientações Gerais (2014), numa reflexão que possibilita a compreensão e aquisição de competências para o exercício da profissão em caráter coletivo.

Os estudantes a quem nos referimos nessa pesquisa, são pessoas adultas e em exercício profissional, portanto, cientes do inacabamento histórico do ser humano, reconhecem em suas falas e escritos que o desenvolver de novas competências apontam para novas perspectivas tanto pessoais quanto profissionais, num *continuum* que sempre se aperfeiçoa. Freire (1997) nos leva a seguinte compreensão, de que a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca

Ao relatarem sobre a experiência com as PPS, a maioria mencionou que no início foi difícil, pois exigia desacomodação e foi necessário deixar o fazer mecanizado e (re) planejar as ações, mas que com o desenvolver e execução dessas práticas nas escolas essa experiência foi realmente gratificante. A Figura 12 reflete a descrição das PPS, em nuvem de palavras, elaborada com a utilização do WordArt.com.

Figura 12 – Experiência com a Prática Profissional Supervisionada (PPS)

Fonte: da pesquisa.

A expressão em palavra única para definição da experiência vivenciada no sentido de maior alinhamento entre teoria e prática vista na Figura 14, mostra-nos que os estudantes entenderam o potencial positivo da problematização da rotina para a criação e/ou surgimento de novas e diferentes possibilidades práticas, como explanado em suas respostas ao questionário final (APÊNDICE E), ao contarem que,

> Minha experiência com a realização das PPS foi extraordinária, pois pude perceber coisas da vida escolar que eu não percebia e assim fazer consertos e mudanças no modo de agir (ESTUDANTE POLO C)
>
> É muito importante pensar e planejar tudo o que fazemos no dia a dia (ESTUDANTE POLO C).
>
> Foi o momento em que pude perceber o quanto tinha aprendido e pôr em prática novas ideias (ESTUDANTE POLO A)

Compreendemos, portanto, a grandiosidade da proposta das PPS pelas narrativas, numa diversidade de elementos que envolvem esse processo de autoformação humana e profissional dos sujeitos envolvidos no Profuncionário, uma vez que prioriza a avaliação participativa e dialógica.

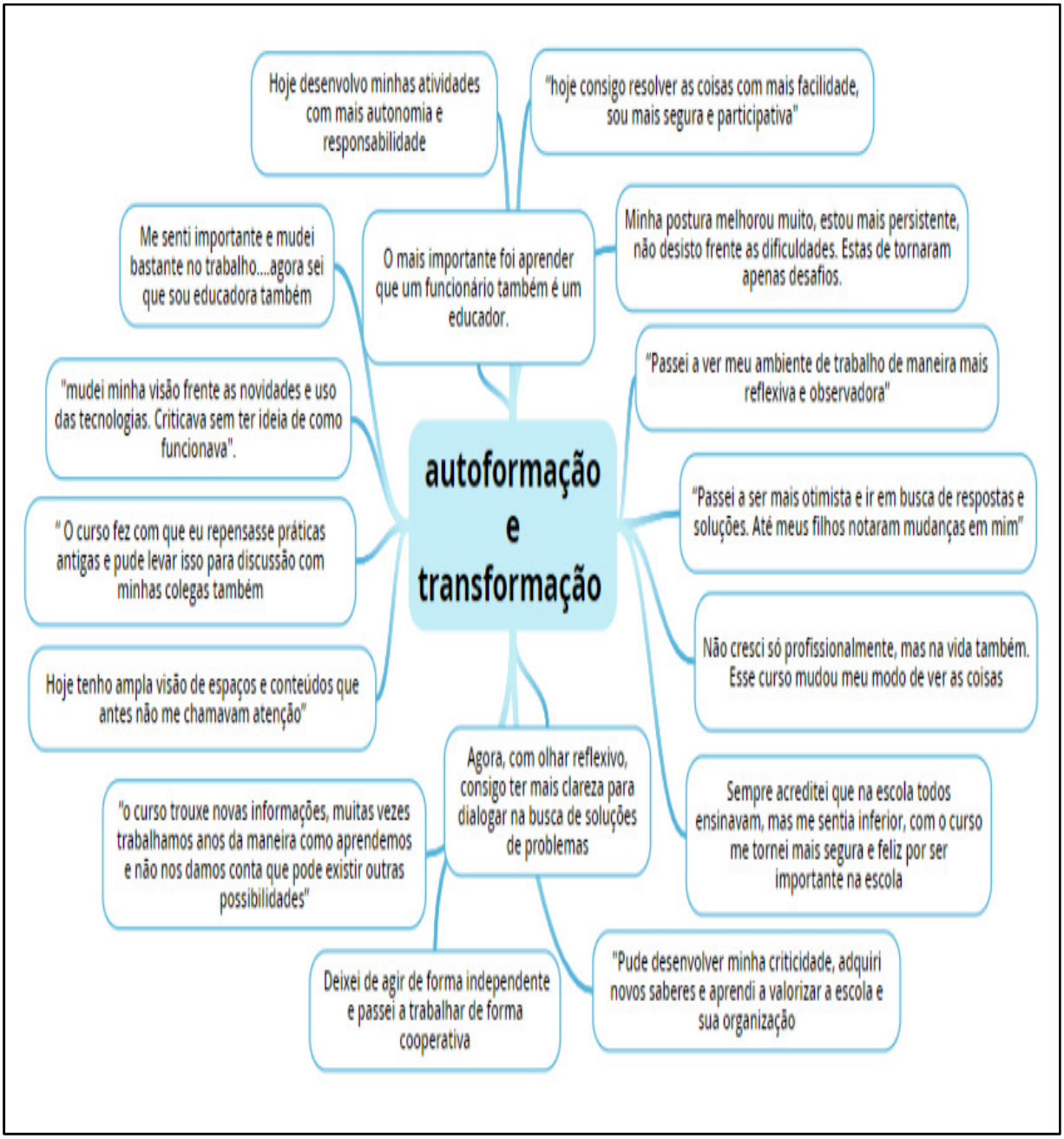
Cabe ainda enfatizar que as 300 horas de práticas, obrigatórias aos estudantes matriculados nos cursos técnicos do Programa Profuncionário, são parte do processo contínuo de avaliação e autoavaliação que cada estudante participa em particular. Na condução de uma avaliação que emancipe, o programa compreende o avaliar como um ato de reflexão e de crítica o qual só tem sentido se inserido no contexto em que seus sujeitos estejam.

Assim, por meio de práticas refletidas, novas posturas pessoais e profissionais e vivências compartilhadas é que se configura o percurso pedagógico do Profuncionário, levando seus sujeitos, gradativamente, a se atualizar com relação as peculiaridades do sistema educacional e acrescentar à sua prática, conhecimentos, habilidades e valores que passam a constituir uma nova identidade pessoal e profissional.

Para verificarmos o posicionamento dos participantes desta pesquisa quanto a sua autoformação e possível [trans] formação, inquirimos para que descrevessem sobre as percepções de mudança de postura frente a vida, ao ambiente de trabalho e à sua atuação profissional.

Os estudantes, próximos à conclusão do curso responderam que mudaram de postura diante da vida e dos acontecimentos profissionais. Para contribuir com a compreensão e visualização das respostas, elaboramos a Figura 13, com o GoCnoqr (https://www.goconqr.com/pt-BR/)

Figura 13 – Excertos das narrativas sobre mudança de postura

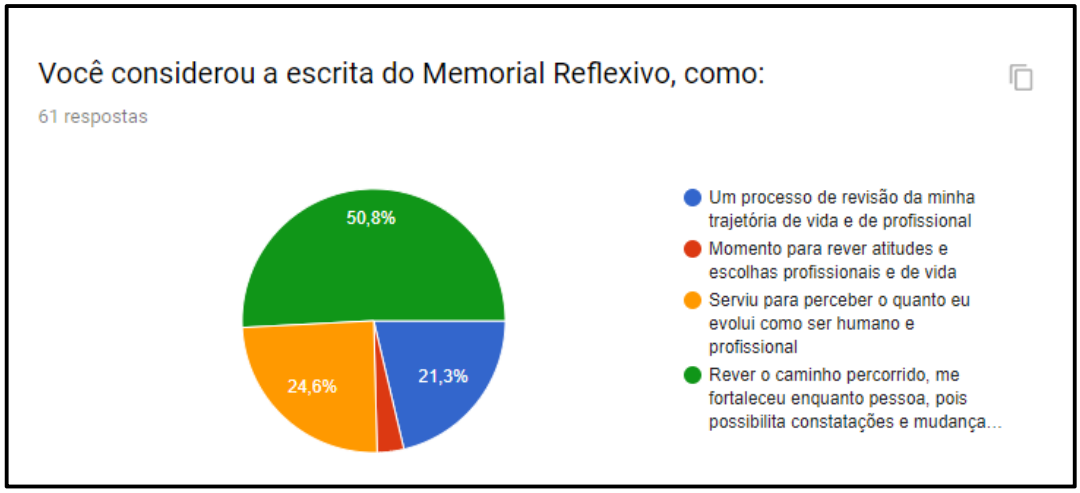


Fonte: da pesquisa.

Percebe-se a consciência estabelecida pelos estudantes quanto a sua formação e consequentemente a transformação de si para a transformação de sua prática profissional. Nesse sentido o instrumento avaliativo de elaboração de Memorial Reflexivo pode ter contribuído para esse fim, uma vez que como afirma Josso (2007) é responsável pelo aumento da capacidade de intervenção na própria existência, como veremos a seguir, pela Figura 14, a qual reflete a opinião dos

estudantes, no que se refere a escrita desse Memorial, para a maioria numa primeira experiência dissertativa de si.

Figura 14 – Elaboração do Memorial Reflexivo



Fonte: Questionário Final- Apêndice E.

Responderam a essa questão (sessenta e um) 61 estudantes e destes 50,8% consideraram a experiência com a escrita do Memorial Reflexivo fator determinante para revisitar o percurso percorrido em sua trajetória pessoal e profissional, momento de constatações reflexivas e possibilidades de mudança de ações a qualquer tempo. Ainda, 24,6% diz que a escrita reflexiva serviu para a sua evolução enquanto ser humano e profissional e 21,3% consideraram a experiência como parte de um processo de revisão de vida e de profissão. Uma parcela pequena respondeu ter sido motivada a rever atitudes e escolhas profissionais.

As respostas seguem reforçando o caráter [trans] formador do Profuncionário, uma vez que conduz o estudante a perceber que acontecimentos familiares, condições financeiras, culturais e sociais agem tanto como empecílho quanto incentivo para a trajetória de vida e a escolha da profissão dos seres humanos. E nós humanos que somos, seguimos percursos, por vezes influenciados pelo meio, sem refletir e/ou opinar ou mudar de direção.

No entanto há como, a partir do momento de consciência de vida e de reconhecimento da importância de escolhas e decisões, iniciar um novo percurso ou uma nova forma de caminhar. Neste sentido, considerando a EaD e a possibilidade de uma formação para adultos trabalhadores e envolvidos em processos educativos de outras gerações, como no caso dos funcionários da educação, Josso (2007)

destaca a necessidade de transformação de si, para a contribuição na formação e [trans] formação de outros, ressaltando que,

> Um trabalho trans*formador* de si, ligado à narração das histórias de vida e a partir delas, tornou-se indispensável a uma Educação Continuada, digna desse nome. As narrações centradas na formação ao longo da vida revelam formas e sentidos múltiplos de existencialidade singular-plural, criativa e inventiva do pensar, do agir e do viver junto (JOSSO, 2017, p. 413.)

Assim, percebe-se que as narrativas de vida, possuem papel fundamental na autoformação e [trans] formação a partir daquilo que Josso (2007) chama de "caminhar para si" e assim "encontrando-se" poder contribuir para a formação e transformação social. A autora ainda ressalta que a reflexão e a estruturação de um texto que fale de si mesmo,

> Permite que as pessoas em formação saiam do isolamento e comecem a refletir sobre a possibilidade de desenvolver novos recursos, estratégias e solidariedades que estão por descobrir ou inventar. As crenças de cada um e de cada uma sobre as potencialidades do humano desempenham aqui um papel maior. E será facilmente compreensível a importância de trabalhá-las explicitamente se pretendemos contribuir para mudanças sérias no fazer e no pensar de nossa humanidade (JOSSO, 2007, p. 414).

Com intuito de promover essas mudanças no fazer e no pensar, é que o Memorial Reflexivo como instrumento autoavaliativo atua possibilitando desconstrução e reconstrução de conceitos e de identidades com a finalidade de contribuir significativamente com a autoformação e [trans] formação de si, pois conforme Marques (2001, p. 105), "ler o próprio texto depois de publicado (…) é me tornar discípulo dele, é aprender do que escrevi nele, percebendo dimensões e significados de que sequer suspeitara."

5.3 OBSERVAÇÕES NO AVEA: PPS E MEMORIAL REFLEXIVO

As observações no Ambiente Virtual de Ensino-aprendizagem (AVEA) do curso, sitiado em https://moodle2.iffarroupilhaead.edu.br/ restringiram-se as atividades de uma Prática Profissional Supervisionada (PPS) e do Memorial Reflexivo com o intuito de verificar se ao escrever os estudantes do Profuncionário fazem uso de reflexividade crítica estimulada em todo o desenvolvimento do curso.

A PPS observada, diz respeito à proposta de planejamento e relatório sobre a gravação de um vídeo relatando aprendizagens adquiridas no curso e sobre a experiência de protagonizar a produção deste vídeo.

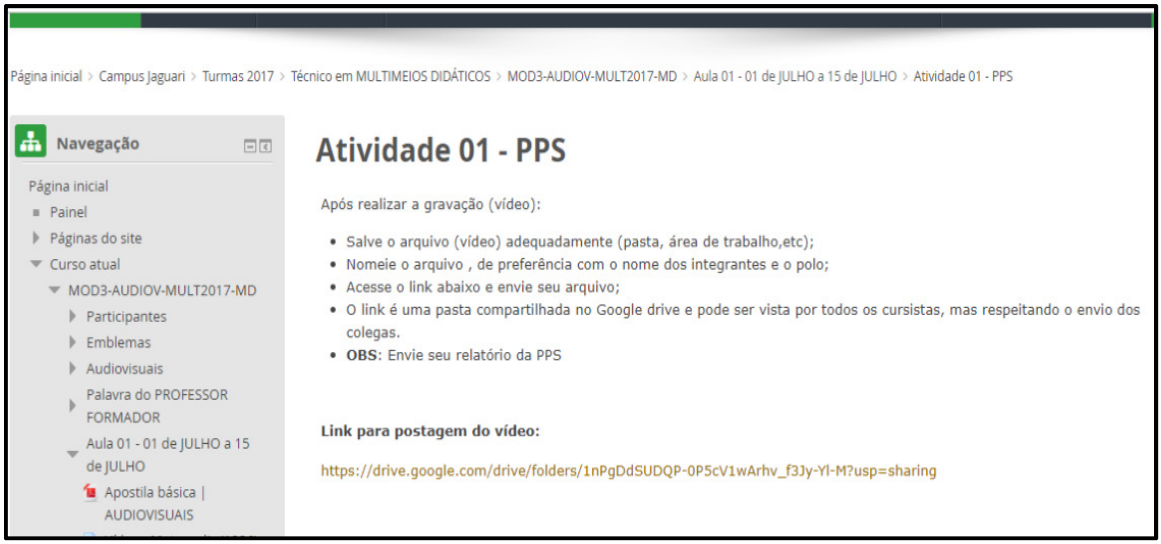
O Memorial Reflexivo é parte integrante dos documentos comprobatórios de avaliação e autoavaliação necessária para a conclusão dos cursos do programa Profuncionário. Trata-se de um documento pessoal, com relato reflexivo da memória de trajetória de vida e da constituição profissional de cada estudante.

5.3.1 Gravação de Relato de experiências formativas- PPS

As observações no Ambiente Virtual de Ensino-aprendizagem do curso, sitiado em https://moodle2.iffarroupilhaead.edu.br/ restringiram-se ao relatório da Prática Profissional Supervisionada (PPS). Atividade que solicitava a gravação de um vídeo simples, no qual o próprio estudante relatasse aprendizagens adquiridas no curso relativas a ampliação e utilização de recursos tecnológicos diversificados nas escolas, o manuseio adequado das tecnologias digitais da informação e comunicação para fins didático-pedagógicos e suas impressões de comtribuição do curso para sua qualificação profissional.

Na Figura 15, é possível visualizar as orientações específicas para a atividade de PPS solicitada e o link para a postagem das produções individuais dos estudantes. A proposta feita aos estudantes pode ser visualizada no APÊNDICE B, deste documento.

Figura 15 – Orientações Atividade de PPS 1



Fonte: da pesquisa

Conforme critérios de avaliação da atividade constantes no Quadro 1, a maioria dos pesquisados, considerou a atividade um tanto inusitada, pois segundo eles, não é comum a realização de gravação e depoimentos como proposta avaliativa. Esse fato fez com que os estudantes, tenham tido um estranhamento inicial como veremos em alguns excertos dos relatórios de PPS observados e analisados. Os estudantes dizem que “a primeira impressão ao saber que teria que fazer um vídeo não foi das melhores” e afirmam em unanimidade que realizar a gravação de depoimentos pessoais “não é nada fácil”. Alguns, no entanto se autoavaliaram de maneira minuciosa e emitiram pareceres sobre o próprio desempenho na realização da PPS, quando emitem reflexões de si mesmos, dizendo que “gostaria de ter sido mais espontânea na gravação” ou “descobri que fico tímida e envergonhada em frente à câmera” ou ainda, “me achava sabida, mas percebi que tinha muito para aprender sobre a utilização da câmera no celular”.

Apesar das dificuldades enfrentadas como nervosismo e receio da exposição, a maioria dos cursistas considerou essa prática, como “desafiadora e que proporcionou crescimento e aprendizagem, valorizando além da utilização de recursos tecnológicos diferenciados, a oportunidade de revisitar os conhecimentos e colocá-los em prática”. Relataram que a execução da atividade exigiu “concentração e coragem para falar de si mesmo na frente da câmera”, conduzindo-os inevitavelmente a “pensar, repensar e estruturar a fala com coesão e coerência”.

Alguns cursistas revelaram que a realização dessa atividade foi uma experiência valiosa por ser “lúdica e reflexiva”, e que o momento de execução e compartilhamento foi pautado por “descontração e muitas risadas”, pois ao “fugir do tradicional, a proposta transformou as dificuldades iniciais em possibilidades práticas de aprendizagens técnicas e tecnológicas”, bem como ao exercício necessário de resiliência e tolerância consigo e com os outros.

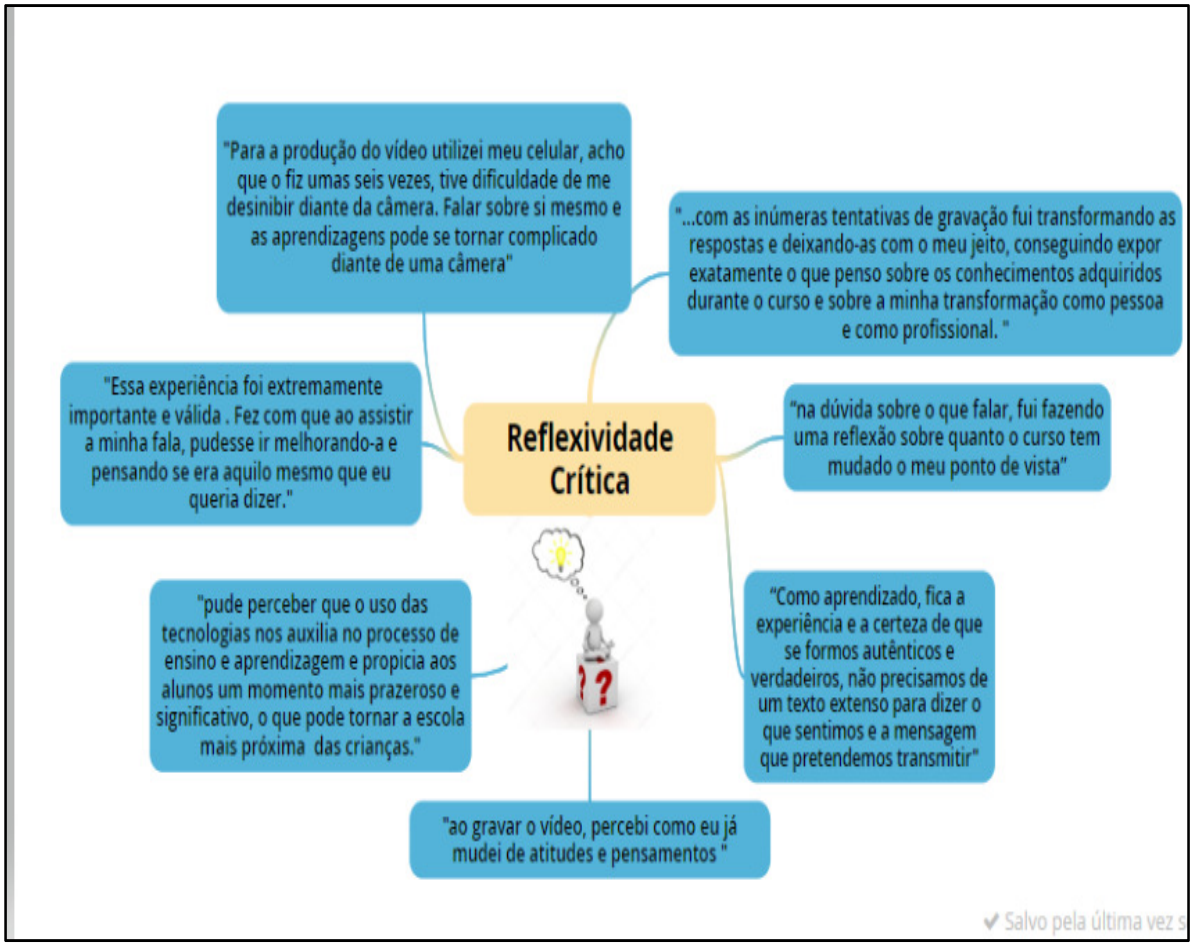
Nota-se que os estudantes expuseram suas dificuldades e impressões sobre a execução da atividade, com naturalidade e reflexividade critica ao perceberem suas limitações e pedirem ajuda e colaboração de outras pessoas, assim como reconhecer o que não “deu tão certo”, como novas possibilidades de aprendizagens e melhorias. Dessa forma, a atividade reflete o exercício de ação-reflexão-ação, amplamente almejado pelo Profuncionário em seu caráter de formação integral dos estudantes.

Conforme Morin (2004), refletir significa pesar, repesar, deixar descansar, imaginar sob diversos aspectos o problema, a ideia, olhar o seu próprio olhar olhando, refletir-se a si mesmo na reflexão. Desta forma é imprescindível alimentar o

conhecimento com a reflexão e alimentar a reflexão com o conhecimento, associando permanentemente teoria e prática.

Neste sentido, identificamos pensamentos e relatos reflexivos que provocaram mudança de comportamento como explicitados nos relatórios individuais sobre a experiência e compilados na Figura 16, elaborada com auxílio do GoCnoqr (https://www.goconqr.com/pt-BR/)

Figura 16 – A reflexividade crítica



Fonte: da pesquisa.

Sendo a reflexividade uma autoanálise sobre ações próprias, percebemos que a atividade proposta estimulou a reflexão e a crítica, uma vez que levou o estudante ao planejamento minucioso da sua ação exercitando a realização de análise e oportunidade de fazer e refazer o pensado ou planejado, quantas vezes fosse preciso.

Nessa ótica e conforme Libâneo (2006, p.57) é importante que pensemos na existência e na aquisição do hábito de transformarmos ações comuns em atos reflexivos, com três significados distintos: a reflexão como consciência dos próprios

atos e o poder para modificá-los; a reflexão como decorrência de experiências concretas e; a reflexão dialética, com pensamentos por vezes conflituosos, mas que ganham sentido em um “novo” agir humano.

Dessa forma concluímos que na elaboração do relatório, descrevendo sentimentos e percepções sobre a atividade proposta, os pesquisados embasaram-se em reflexividade crítica.

5.3.2 Observação de Memorial Reflexivo

A produção escrita do Memorial Reflexivo acontece no Profuncionário como instrumento de avaliação e autoavaliação de caráter formativo e emancipatório solicitado pelo professor formador, como requisito parcial para conclusão do curso. Ao longo do desenvolvimento do curso os estudantes são convidados e estimulados a um caminhar profissional reflexivo e possível de ser (re)visto e (re)construído a qualquer instante. Portanto, a medida que o estudante organiza suas ideias para a escrita do seu memorial pode compreender a importância de cada um dos saberes aprendidos ao longo da vida e revisitar suas decisões e trajetórias pessoais e profissionais. A Figura 17 apresenta a abertura da aula, com a solicitação e orientações quanto à sua produção e organização do Memorial Reflexivo, disponibilizada aos estudantes do curso.

Figura 17 – Organização do Memorial Reflexivo

Fonte: da pesquisa.

Como a imagem escolhida pelo docente para abertura da aula no AVEA sugere, a escrita do memorial reflexivo é momento de percepção e reflexão sobre como os acontecimentos, sentimentos, pessoas e tudo mais que faz parte da nossa existência, contribuem para a nossa constituição enquanto seres humanos.

Nesse sentido, para observação e análise dos Memoriais Reflexivos, seguimos com o critério de identificação do desenvolvimento e utilização da reflexividade crítica necessária para a formação e a [trans] formação dos funcionários escolares em educadores e cogestores, o que percebemos nas "escritas" selecionadas para a composição do Quadro 3.

Quadro 3 – Excertos dos Memoriais Reflexivos analisados

"Sinto-me feliz em ter tido a oportunidade de aprender mais e aprender a olhar mais para mim e minhas relações no ambiente de trabalho, minhas práticas, meus limites e no final descobrir que sempre é possível fazer mais, por nós e pela escola". "Foi uma experiência única, emocionante e enriquecedora."	"Ao logo da minha vida, adquiri conhecimentos e pude melhorar minhas habilidades e atitudes, porém nunca tinha pensado nesses momentos e conhecimentos e como eles influenciaram na minha maneira de ser. Ao fazer esse memorial foi inevitável, tive de pensar em cada detalhe vivido, inclusive da minha vida amorosa".
"Escrever esse memorial me fez refletir sobre o que é certo e o que eu ainda posso melhorar na minha vida." "Acho inclusive que ainda vou poder "corrigir" algumas decisões equivocadas que fiz"	"Através desse memorial, consegui perceber a extrema importância de analisarmos cada vivência, identificando o caminho percorrido e o que aprendemos com cada passo que damos e os obstáculos que enfrentamos."
"Escrevendo o memorial, me percebi como mãe, esposa e educadora. Na minha vida tive momentos horríveis, às vezes agi certo, outras errei muito, mas compreendo que hoje sou uma pessoa boa, exatamente porque "passei" por todas as dificuldades de cabeça erguida".	"Escrever sobre minha trajetória profissional me fez enxergar o quanto eu mudei. Me tornei uma profissional completamente diferente, sou atualmente uma pessoa crítica, que analisa todas as situações e que busca um aprendizado novo em cada vivência."
"A transformação e ressignificação da minha identidade como ser humano e como profissional ocorreu ao longo do desenvolvimento desse curso e pela realização das práticas e dos debates. Passei a refletir sobre minhas ações diárias e percebi que podia fazer mais, me envolvendo em outros setores, me aproximando dos alunos, fazendo diferente do que fazia há décadas".	"Vim de família numerosa e humilde. Com tantos filhos meus pais não tinham condições de nos dar as coisas mais básicas, como comida e roupas. Desde cedo (11 anos) tive de me virar, passei medos e fui humilhada vivendo nas casas dos outros.....escrevendo esse memorial me dou conta que é exatamente por tudo que vivi que sou uma mulher feliz com a família que tenho, pois nunca deixei de acreditar nos meus sonhos e correr atrás dos objetivos".

Fonte: da pesquisa.

Nos seus memoriais, os estudantes escreveram suas experiências, utilizando uma linguagem informal, falando de si, dos seus medos, sonhos e objetivos, revelando assim, em discurso singular suas trajetórias de vida. Os escritos desses estudantes demonstram que o exercício de pensar sobre a caminhada percorrida, possibilita descobrir e agregar significado e sentido aos saberes e aprendizagens adquiridos ao longo da vida, mas por vezes imperceptíveis até mesmo por seu protagonista.

A reflexão por meio do memorial permite a quem se dedica a escrevê-lo, fazer uma revisão de sua trajetória. Ao organizar e estruturar as lembranças e pensamentos num movimento reflexivo entre o que aconteceu e/ou como poderia ter acontecido caso tivesse agido de maneira diferente.

Há todo um processo de reconhecimento, revisão, ressignificação de vida, num movimento que, segundo Josso (2004), é o "caminhar para si". A autora nos remete ao pensamento de que o processo de caminhar para si apresenta-se como:

> Um projeto à escala de uma vida, cuja atualização consciente passa, em primeiro lugar, pelo projeto de conhecimento daquilo que somos daquilo que pensamos daquilo que fazemos, daquilo que valorizamos e daquilo que desejamos na nossa relação conosco próprios, com os outros, com o meio humano e natural (JOSSO 2004, p. 43).

Esse projeto de autoconhecimento, de revisitação do que fomos de conhecimento sobre o que somos e/ou a pessoa que nos tornamos devido as escolhas que pudemos ou não fazer ao longo da nossa existência, é realmente momento único. Essa é a essência do Memorial Reflexivo o desvelar de possibilidades ainda possíveis de execução, tanto na atividade e atuação profissional quanto na vida de cada ser humano.

Neste sentido Warschauer (1993) enfatiza que o memorial tem o poder de "penetrar no interior de nós mesmos" e nesse exercício reflexivo é possível que sejam reveladas "fontes pessoais de força para enfrentar problemas que antes pareciam insolúveis". Assim, aqueles que se colocam numa posição ou postura de "abertura e determinação pela ampliação do (auto) conhecimento" conseguem iluminar seu próprio caminho e caminhar para uma "aproximação entre o idealizar e o concretizar, entre o pensar e o agir". (WARSCHAUER, 1993, p. 65)

Dessa forma é possível, a quem escreve e também ao leitor de um memorial reflexivo, novas reflexões e análise das relações que se estabelecem entre o fazer cotidiano, a teoria e a prática e, a partir daí, reconhecer novas possibilidades para a construção e sistematização de conhecimentos e trajetórias. De acordo com Josso

(2004, p. 73-74), “nesta retroação, cada processo pode, alternadamente, tornar-se o referencial do outro e trazer complementos e precisões à narrativa, favorecendo, assim, uma compreensão mais aprofundada da dinâmica da existencialidade”.

5.4 ANÁLISES DOS VÍDEOS DOS ESTUDANTES

Os sessenta e um (61) vídeos recebidos para contribuição na pesquisa, foram assistidos e analisados conforme critérios de avaliação da atividade - Quadro 2. Apesar dos estudantes terem compreendido a solicitação da atividade, alguns (10 vídeos) não consideraram as “dicas para gravação de vídeos com o celular” disponibilizadas como conteúdo da disciplina, o que acarretou problemas como falta de iluminação, reflexos, barulho externo, distância ou aproximação exagerada da câmera e sonorização extremamente baixa.

No entanto, quanto ao conteúdo dos depoimentos, percebemos que a maioria preocupou-se com a organização do seu relato, realizando a gravação com entusiasmo e desenvoltura, demostrando um grau elevado de entendimento da proposta da atividade. Dessa forma e apesar dos estudantes manifestarem em seus relatórios de PPS que se sentiram envergonhados no momento de gravação, nos vídeos esse quesito não foi percebido.

Trabalhamos nesta etapa de pesquisa, com cinquenta e um (51) vídeos para análise minuciosa até a difícil definição de vinte e um (21) depoimentos/relatos para a composição inicial do documentário produzido como Produto Final deste estudo.

Apesar do trabalho massante de escuta e (re) escuta dos relatos, ressaltamos a nossa satisfação em termos utilizado esse instrumento como estratégia para a coleta de dados, uma vez que concordamos com Mallmann (2015. p. 81) no sentido de que o pesquisador tem de despertar para a “necessidade de renovar ferramentas e procedimentos”, principalmente quando se trata de pesquisa-ação, pois a defesa central desta é a “geração de mudanças e inovações nas práticas social, cultural e educacional”.

Revalidando o expresso pela autora, compreendemos que essa geração de mudanças e inovações tende a conduzir os participantes da pesquisa-ação, para um fazer investigativo que fomente e oportunize mudanças de pensamentos e relações pessoais e interpessoais, o que concluímos ter ocorrido no desenvolver desse estudo, pois aprendemos com Freire (2005, p.93) que “o mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar”.

6 PRODUTO FINAL: PRODUÇÃO DE VÍDEO DOCUMENTÁRIO

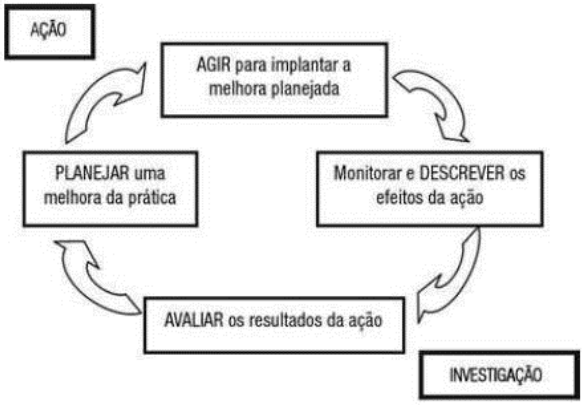
Após o recebimento das gravações com relatos dos estudantes, envolvemo-nos na escuta sensível e análise, orientados pelos critérios apresentados na Tabela 4 , e com a intenção de seleção de algumas falas para a composição de um vídeo documentário retratando a atuação do Programa Profuncionário na Educação a Distância do IFFar, com potencialidade para a [trans]formação dos funcionários de escola em educadores e cogestores.

A produção audiovisual foi escolhida como produto final de pesquisa, com base em nossas experiências profissionais a distância e por concordarmos com Kaplún (1983) em defesa de que o processo de ensino-aprendizagem deve resultar da interação dos sujeitos envolvidos, da participação ativa, por meio da construção e recriação do conhecimento, sendo percebido como produto social, pois

> Nada se aprende ainda que o pressuposto seja que a educação consista em aprender por transmissão, mas sim por elaboração própria e pessoal do educando. **É só participando, envolvendo-se, fazendo-se perguntas e buscando respostas, que se chega ao conhecimento.** Se adquire e se compreende ou se recria, o que se reinventa e não simplesmente o que se vê ou escuta. **A educação não é um conteúdo que se introduz na mente do educando, mas sim um processo em que este se envolve ativamente**. (KAPLÚN, 1983, p. 26-27, grifos nossos)

O nosso envolvimento para a produção do documentário aconteceu, por acreditarmos na pesquisa-ação como processo de construção e desenvolvimento de novas e diferentes habilidades e competências. Precisávamos exercitar e desvendar nossas aprendizagens ao longo desse processo de trabalho e pesquisa em EaD. Retomando Tripp (2005), reconhecemos tanto nas gravações dos estudantes, quanto na organização e produção do vídeo documentário final, a presença das etapas da pesquisa-ação, conforme ilustra a Figura 18, não como algo inédito, mas como “mais um recurso para turbinar, acelerar nosso modo habitual de aprender com a experiência” (TRIPP, 2005. p. 462).

Figura 18 – Etapas da Pesquisa-ação



Fonte: TRIPP, 2005, p. 446.

Por compreendermos ser a experiência fator essencial na aquisição de conhecimentos e aprendizagens, decidimos experienciar, assim como os estudantes participantes da pesquisa, uma produção audiovisual. Para tanto, estabelecemos a sua composição com alguns relatos dos estudantes em três categorias: a) a qualificação para a possibilidade de maior utilização das TDIC nas escolas, b) a importância de pesquisa e estudo minucioso do ambiente de trabalho, neste caso a realidade escolar; c) possíveis mudanças nas ações dos estudantes do Profuncionário, após a formação técnica.

Fomos assim, estruturando o Produto Final de pesquisa, num aprendizado cíclico perpassando as fases da pesquisa descritas por Tripp (2005) e compartilhando o estabelecimento da relação de pesquisa e ação em mesmo produto, que entendemos ser inovador pelo fato que será disponibilizado e socializado pela rede de internet, para embasamento de outras construções e aprendizagens. Compreendemos dessa maneira, contribuir para Inovação e Democratização da Educação, reforçando o que sugere Kenski (2006, p. 43), no sentido de que podemos “ver a relação entre educação e tecnologias de outro ângulo, o da socialização da inovação, para que sejam assumidas e utilizadas por outras pessoas, além do seu criador”.

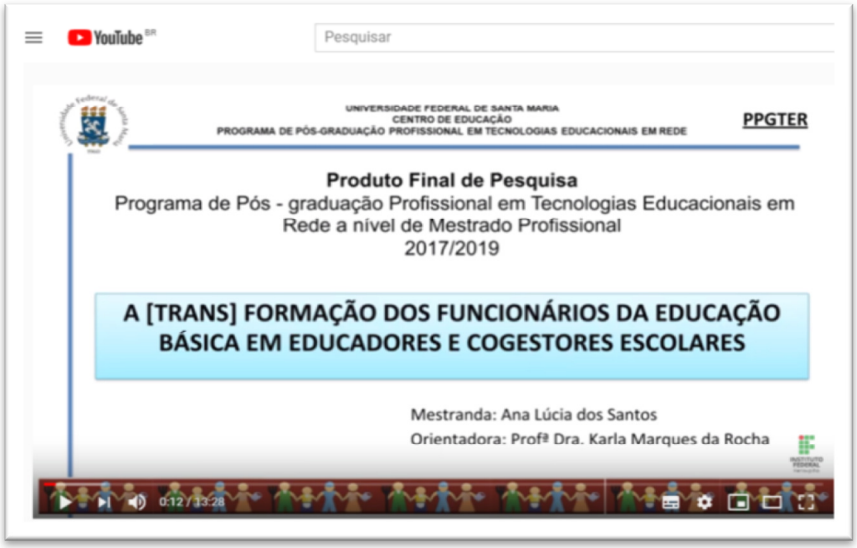
Ao final desta etapa, que se constitui na produção e divulgação do vídeo documentário, consideramos atingidos os objetivos propostos nesta pesquisa. Entretanto, sabemos que o aperfeiçoamento constante faz parte do ciclo da investigação-ação, podendo ser revisitado, revisto e adaptado a qualquer tempo, Portanto, julgamo-nos, por hora, satisfeitos, se conseguirmos ajudar a transformar a realidade educacional das escolas de educação básica, nas quais estejam atuando os técnicos em educação certificados pelo Programa Profuncionário.

Esperamos, que a nossa produção sirva de incentivo ao compartilhamento de experiências e publicização de processos construtivos e de [trans] formação e inovação nos processos pedagógicos, numa ótica que priorize o desenvolvimento de sujeitos autônomos e participativos, com maiores possibilidades e níveis de atuação frente às necessárias posturas de transformação social.

Neste sentido a pesquisa contribuiu com a mudança de postura da própria pesquisadora, uma vez que atuando no Programa Profuncionário teve a oportunidade de vivenciar e experienciar um trabalho pedagógico de alta qualidade para a promoção humana. Dessa forma, pôde constituir-se em um ser humano melhor, reforçando o entendimento da educação como compromisso social, mas, sobretudo compreendendo-se um ser politicamente mais claro e tecnicamente mais competente para o uso das TDIC para produção de conteúdo.

Acrescentamos ao nosso aprendizado, a produção deste vídeo documentário, apresentado pela Figura 19.

Figura 19 – Vídeo na rede de internet



Fonte: da pesquisa, disponível em <https://youtu.be/7UY39nAB3Xk>.

A produção audiovisual, resultante da pesquisa ação, retrata além da trajetória do Programa Profuncionário no IFFar, sua contribuição histórica na formação cidadã dos Profissionais da Educação, mas principalmente a nossa tomada de consciência de que, como diz Freire: não há como ser presença no mundo para adaptar-se, mas nele inserir-se, pois essa é a posição de quem luta para não ser apenas objeto, e sim sujeito da história.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para reconhecimento das potencialidades da educação interligada com as tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e participativos, além de servir como avaliação e aprimoramento da política pública de formação dos funcionários da educação básica, na perspectiva de atuação enquanto educadores e cogestores escolares. É preciso ampliar conhecimento e competências relativas ao ensino mediado pelas TDIC, principalmente no que tange à promoção da emancipação e constituição de sujeitos autônomos e colaborativos, necessidades cada vez mais evidenciadas para a convivência em sociedade.

A educação contemporânea precisa de profissionais capazes de atuar de forma socialmente responsável, numa escola que está em constante transformação. Para tanto, além das inúmeras possibilidades de formação disponibilizadas aos docentes, percebe-se com clareza a carência de oferta de formação inicial ou continuada para os servidores de apoio escolar, ou seja, aqueles cujas funções na escola não são de docência.

Neste sentido, evidencia-se a relevante contribuição, do Programa Profuncionário para a qualificação das ações das escolas de educação básica de todo país. Muito embora, ainda se tenha longo caminho a ser percorrido para a manutenção da oferta dessa formação, à maioria significativa de funcionários escolares distribuídos nas instituições do país, a semente está lançada. Temos convicção que a escola, após a [trans] formação de seus funcionários em técnicos em educação e consequentemente profissionais da educação, estará mais bem subsidiada em requisitos humanos e profissionais para colocar em prática uma gestão participativa e colaborativa, com vistas a efetivá-la realmente mais democrática.

Buscamos dar visibilidade às potencialidades da EaD para a interiorização e a democratização do ensino, contribuindo com a formação intelectual dos cidadãos brasileiros residentes longe dos grandes centros educacionais. Nesta ótica percebe-se que a utilização das Tecnologias Educacionais em Rede e suas inúmeras possibilidades comunicacionais, têm colaborado para a consolidação da educação a distância, enquanto modalidade de ensino. Esse movimento favorável e de

expansão do ensino- aprendizagem a distância é inegável, num tempo e espaço cada vez mais conectado e dinâmico, e no qual estamos irreversivelmente imersos.

Considerando o processo de formação humana como patrimônio da humanidade cabe-nos, portanto, enquanto educadores e gestores intensificarmos pesquisas e ações visando sempre alcançar uma educação, seja ela a distância ou presencial, que realmente seja eficaz para a promoção de autonomia e emancipação dos sujeitos.

Concluímos a pesquisa compreendendo que não se aprende teoria para aplicação na prática, mas sim para transformar o saber fazer da vivência cotidiana em prática intencional. Transformação entendida por Josso (2004) como momentos ou acontecimentos que separam, dividem e articulam etapas de vida.

À luz desse pensamento, consideramos a atuação com o Profuncionário e a realização dessa pesquisa como espaço/tempo de formação e transformação. A oportunidade de "caminhar para si", proporcionada aos estudantes foi amplamente experenciado por todos os que de alguma maneira trabalharam com os cursos do Programa Profuncionário, na Ead do IFFar. Dessa forma podemos afirmar que o conhecimento adquirido na e pela atuação com esse trabalho de pesquisa e de formação dos profissionais da educação, realmente constitui-se em um "divisor de águas" na transformação da pesquisadora em pessoa e profissional mais qualificada e humanizada.

Neste sentido, Josso (2010, p.303) nos encaminha à compreensão de que "são atividades específicas, encontros ou relações, situações e acontecimentos emocionalmente fortes que constituem pretextos de aprendizagens", portanto, "não existe regra que permita associar certas vivências com certas aprendizagens", cada momento é único e especial para cada pessoa. Com isso, concluímos cientes de que há sempre o que ser pesquisado, alterado, melhorado, pois segundo Freire o mais importante no nosso "estar no mundo" enquanto profissionais da educação, é tomar consciência de que

> Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1997, p. 32),

REFERÊNCAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

BAUMAN, Z.; MAYER, T. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Cultura Digital**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Gerais**. 4. ed. Cuiabá: UFMT/Rede e-Tec Brasil, 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://goo.gl/dLcQr9>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **Portal Educação**. Disponível em: <https://www.portaleducaca/o.com.br/conteudo/artigos/direito/programas-governamentais/45106>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. **Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017**- Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e redefine a Educação a Distância. Disponível em: <https://goo.gl/pxNwFS>. Acesso em: 26 mai. 2017.

_____. **Decreto Nº 8.752, de 9 de maio de 2016** que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: <https://goo.gl/Acvuw4>. Acesso em: 10 jun. 2018

_____. **Parecer CNE/CES n. 462**, de 14 de setembro de 2017. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Parecer-CNE-462-2017-09-14.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. **Parecer Nº CNE/CEB nº 16/2005** que dispõe sobre o Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb016_05.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste. Gulbenkian, 2007.

COLL, C.; MONEREO. C. et al. **Psicologia da Educação Virtual**: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____; MAURI, T.; ONRUBIA, J. A incorporação das tecnologias de informação e comunicação na educação: do projeto técnico-pedagógico às práticas de uso. In: COLL, C.; MONEREO, C. **Psicologia da educação virtual*:*** aprender e ensinar com as tecnologias da informação e educação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CONSANI, M. A. **Mediação Tecnológica na Educação**: Conceito e aplicações. Tese de Pós-Graduação. São Paulo: USP, 2008

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – **CNE -Parecer nº 16/2005**. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb016_05.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

COTTA, R. M. M.; MENDES, F. F.; MUNIZ, J. N. **Descentralização das políticas públicas de saúde***:* do imaginário ao real. Viçosa: UFV/CEBES, 1998.

CUNHA, S. S. **O controle social e seus instrumentos**. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/Controle%20Social%20e%20Seus%20Instrumentos.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

DEMO, P. **Direitos Humanos e Educação** - Pobreza política como desafio central- Brasília, UnB, julho de 1999. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/ educar/textos/demo_direitos_humanos_e_educacao.pdf >. Acesso em: 02 out. 2017.

DEMO, P. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2005.

FARIA, L. R. A. **As orientações educativas contra-hegemônicas das décadas de 1980 e 1990 e os rebatimentos pós-modernos na didática a partir dos estudiosos.** 2011. 342 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FEITOZA, R. S. Educação popular e emancipação humana: matrizes históricas e conceituais na busca pelo reino da liberdade. In: FEITOZA, R. S.(Org). **Educação Popular** – enunciados teóricos. UFPB. João Pessoa, UFPB, 2010. 2v.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação como prática da Liberdade**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Pedagogia **da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33 ed. São Paulo: Paz e terra, 1997.

_____. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo. Instituto Paulo Freire. 2009.

GURGEL, C.; JUSTEN, A. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 2, p. 357-378, 2013.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. CONSUP. **Resolução 102**, de 02 de dezembro de 2013. Define Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e dá outras providências. Disponível em: <https://goo.gl/mJKb66>. Acesso em: 15 de mai.de 2017.

_____. **Resolução nº38/2016 -** Regulamenta o capítulo VI da modalidade EAD da Resolução Consup nº 102/2013 e anexo II do PDI/PPI 2014-2018 Disponível em: <encurtador.com.br/cdMX5>. Acesso em: 12 de jun. de 2019.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O caminhar para si: uma perspectiva de formação de adultos e de professores. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 136-199, ago./dez. 2009.

_____. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. Educação.** Porto Alegre/RS, ano XXX, v. 3, n.63, p. 413-438, set./dez. 2007.

KAPLÚN, M. **De médio y fines em comunicación**. 1983. Disponível em: <http://chasqui.comunica.org/kaplun>. Acesso em: 06 fev.2018.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2013.

_____. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

LEVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, J. C. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, (Série cadernos de gestão).

MALLMANN, E. M. Pesquisa-ação educacional: preocupação temática, análise e interpretação crítico-reflexiva. **Cadernos de Pesquisa**. v.45 n.155, p.76-98 jan./mar.2015.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. Ijuí: Unijuí, 2001.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MONLEVADE, J. A. C. de. **Funcionários de escolas**: cidadãos, educadores, profissionais e gestores. Brasília, DF: MEC, UnB, Centro de Educação a Distância, 2005. 92 p. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: jan. 2017.

_____. **Funcionários de escolas:** cidadãos, educadores, profissionais e gestores. 4 Ed. Cuiabá: UFMT/Rede e-Tec Brasil, 2012.

_____. História e construção da identidade: compromissos e expectativas. **Revista Retratos da Escola**, v. 3, n. 5, p. 339-352, jul./dez. 2009.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. 5 Ed., Campinas: Papirus, 2011.

_____. **O que é educação a distância**. 1994. Atualizado em 2002. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 15 jun.2018.

MOREIRA, P. J. **TIC na Escola Contemporânea:** possibilidades para a Prática Pedagógica Educomunicativa na Educação Básica. 2016. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A cabeça bem feita**. Repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PRENSKY, M. **Digital Natives,** Digital Immigrants. MCB University Press, v. 9, n. 5, Oct. 2001.

PRIMO, A. **Interação Mediada por Computador**: comunicação, cibercultura, cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SILVA, D. **Autonomia e aprendizagem**. Universidade Cândido Mendes. AVM – Faculdade Integrada. 2016. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/mono grafias _ publicadas/K233641.pdf>. A c e s s o em: 20 mai. 2018

SOARES, I. O. **Educomunicação:** o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa - ação**. 2. Ed. São Paulo: Cortez,1986.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-446, set./dez. 2005.

WARSCHAUER, C.. **A roda e o registro**: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO INICIAL

Caro cursista,

A Coordenação de Educação a Distância do Instituto Federal Farroupilha sente-se honrada em poder contatá-lo para a realização desta enquete, pois, se recebeste este convite, é porque és Cursista(s) do Profuncionário. Programa que objetiva a qualificação profissional e a valorização dos Funcionários da Educação Básica.

Este formulário é destinado aos cursistas do Curso de Multimeios Didáticos, que iniciaram o cursos neste ano de 2017 e estão em atuação nas Escolas nos setores administrativos.

Obrigada por destinar alguns minutos do seu tempo para contribuir conosco em estudos e aprimoramento do Curso e do Programa Profuncionário.

Ana Lúcia dos Santos - coordenadora do Curso

Dados pessoais, profissionais e da instituição em que você atua

Atividade que você exerce na escola:
( ) Infraestrutura e limpeza escolar
( ) Merenda Escolar
( ) Secretaria Escolar
( ) Biblioteca escolar
( ) Monitoria/portaria escolar
( ) Outra função

Sua Carga Horária semanal de trabalho, na escola é de:
( ) 60 horas ( ) 40 horas ( ) 30 horas ( ) 20 horas

Você atua em escola pública da rede:
( ) Municipal ( ) Estadual ( ) Federal ( ) Outra

A escola que você trabalha, possui em média:
( ) menos de 100 alunos ( ) de 101 a 500 alunos ( ) de 501 a 800 alunos
( ) de 801 a 999 alunos ( ) Mais de 1.000 alunos

Esta escola fica localizada:
( ) No interior (localidade pequena) ( ) Na cidade- centro
( ) Na periferia da Cidade (vilas /bairros) ( ) outro local

Você reside:
( ) Na mesma localidade (rua/bairro) da Escola onde trabalha (menos de 1.000 m de distância)
( ) Na localidade da escola, porém um pouco distante (mais 1.000 m de distância)
( ) Em outra localidade, no interior do município
( ) Em outra localidade: centro da cidade

Você se desloca até seu trabalho:
( ) a pé ( ) de transporte escolar gratuito ( ) de ônibus/transporte privado
( ) Com meio de transporte particular (moto, carro, bicicleta) ( ) de outra forma

Sua faixa etária:
( ) de 20 a 30 anos ( ) de 30 a 40 anos ( ) de 40 a 50 anos ( ) mais de 51 anos

Você se define:
( ) branco ( ) preto ( ) pardo ( ) indígena ( ) outro

Você se define do:
( ) sexo masculino ( ) sexo feminino ( ) outro

Seu estado civil atual é:
( ) casado(a) ( ) solteiro (a) ( ) separado(a)/ divorciado(a) ( ) Viúvo(a) ( ) outro

Você:
( ) mora sozinho (a) ( ) Mora com esposo(a)/companheiro(a)
( ) Mora com esposo(a)/companheiro(a) e filhos
( ) Mora só com os filhos

Quanto ao sustento da família e manutenção da sua casa, você:
( ) Provê todo o sustento e manutenção da casa, sozinho(a)
( ) Divide os custos de sustento e manutenção da casa com outras pessoas
( ) Não colabora com os gastos para sustento da família e manutenção da casa
( ) outra forma

Qual seu nível de formação (anterior ao Curso Técnico que estás cursando):
( ) Nível Médio (curso magistério) ( ) Graduação ( ) Pós Graduação ( ) Mestrado
( ) Ensino Médio

Tempo de atuação como Funcionário da educação:
( ) de 1 a 5 anos ( ) de 5 a 9 anos ( ) 10 a 15 anos ( ) de 16 a 20 anos
( ) Mais de 21 anos

Tempo de serviço na Escola atual:
( ) de 1 a 5 anos ( ) de 5 a 9 anos ( ) 10 a 15 anos ( ) de 16 a 20 anos
( ) Mais de 21 anos

Você costuma participar de cursos de formação continuada:
( ) Nunca ( ) Eventualmente ( ) Anualmente
( ) Sempre que possível (mais de um por ano)
( ) Esse curso é o primeiro que eu participo

Na escola que você trabalha, qual o número total de funcionários que atuam no setor de apoio escolar (infraestrutura, manutenção, alimentação, secretaria, monitoria, portaria ....)

( ) menos de 5 pessoas ( ) entre 5 e 10 pessoas ( ) entre 10 e 15 pessoas
( ) mais de 15 pessoas

Sobre o Curso Técnico em Multimeios Didáticos- Profuncionário

a) Antes da divulgação do Curso Técnico em Multimeios Didáticos, você já havia visto falar em Profuncionário? Como, quando e por intermédio de quem você teve conhecimento deste Programa?
b) Em qual Polo de Educação a Distância você está cursando este curso?
c) O que levou você inscrever-se para o Curso Técnico em Multimeios Didáticos? Que expectativas você tem em relação ao Curso que está iniciando?
d) Você considera relevante a proposta de um Curso exclusivo para Funcionário de Escola? Por quê?
e) Você acredita que possa transformar a sua prática profissional a partir do que estudares neste Curso? Explique!

Considerações e Sugestões

a) Utilize este espaço para suas considerações e sugestões:
b) Podes mencionar questões que não foram abordadas neste instrumento e que julgares oportuno.

Obrigada pela colaboração!

APÊNDICE B - ATIVIDADE PROPOSTA PARA OS ESTUDANTES

Atividade de Prática Profissional Supervisionada

Curso: Técnico em Multimeios Didáticos

Professora: Cleura Denise Montezano Löfgren / Colaboração: Ana Lúcia dos Santos

Disciplina: Audiovisuais

Período: de 01/07/2018 a 31/10/2018 **Carga Horária: 20 horas**

DATA	OBJETIVOS DA PPS	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
Aula *00* __/__/__	Objetivo Geral: **INTEGRAR TEORIA E PRÁTICA** Objetivos Específicos: 1. 2. 3.	Organize uma produção audiovisual, com a gravação de sua experiência enquanto estudante do curso Multimeios Didáticos- Profuncionário e as contribuições que este trouxe para sua vida profissional e social. <u>Dicas para a gravação</u>: * Procure ser sensível às questões de ação-reflexão-ação e/ou autoavaliação que o curso lhe proporciona * Se julgar necessário, convide um colega para auxiliá-lo na gravação (entrevista-lo e /ou apenas gravar) * Utilize-se dos recursos digitais e tecnológicos que estejam ao seu alcance (celular, filmadora da escola...) * Tome cuidado com iluminação, sons externos... para que a qualidade da sua produção não seja prejudicada * Assista com atenção o "vídeo explicativo", ele poderá auxiliá-lo <u>Dicas para sua fala (informal e simples)</u> **Questões que deverão/poderão nortear a sua fala:** • Seu nome, profissão e a função em que você atua na Escola/educação. • Estudar /Conhecer o seu ambiente de trabalho/escola, fez a diferença na sua trajetória/atuação enquanto profissional desta escola? • Sua postura enquanto profissional mudou, após os estudos oportunizados pelo Curso de Multimeios? Cite um exemplo. • O curso e os conhecimentos nele adquiridos têm contribuído para que você utilize mais as tecnologias digitais de informação e de comunicação na sua vida e na escola? Como? Quais? • Você (após o curso) sente-se empoderado para provocar/sugerir/auxiliar para que aconteçam mudanças em seu ambiente de trabalho.	**20 horas**

APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM (ADULTO)

Neste anto, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av./Rua _____, nº _____, município de _____/Rio Grande do Sul. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada em Dissertação de Mestrado e todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros), artigos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

_____, dia _____ de _____ de _____

_____

Assinatura

Nome Completo:

Telefone p/ contato:

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DO PROJETO: COORDENADOR:
PARTICIPANTES: TELEFONE:
LOCAL DA COLETA DE DADOS:

Prezado/a Senhor/a:

- Você está sendo convidado/a a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária.
- Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar.
- Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder o benefício aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo:
Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas, em anexo.
Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.
Riscos: O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.
Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria, ____ de _____de 20____

_____
Assinatura do Sujeito de pesquisa/representante legal

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Santa Maria, ____ de _____de 20_____.

Nome - Responsável pelo estudo

APÊNDICE E - ENTREVISTA FINAL - ALUNOS PROFUNCIONÁRIO - MULTIMEIOS DIDÁTICOS – TURMA 2017/2019

Você considera que o curso lhe proporcionou mais autonomia e independência para estudar e trabalhar?
Comente em que sentido você sente-se mais autônomo. Exemplifique:

No seu local de trabalho (escola), após a realização do curso você sente-se:
( ) Capacitado para participar, questionando e dando sugestões para melhorias da educação
( ) A mesma pessoa. Nada mudou.
( ) Um profissional melhor, com melhores condições de desenvolver seu trabalho
( ) Parte de uma grande equipe que faz a educação acontecer
( ) Um pouco mais proativo, mas não de forma muito significativa

Você acha que a sua postura diante dos desafios e enfrentamentos diários de trabalho, mudou após o início do curso?
( ) Um pouco
( ) Muito
( ) Muitíssimo
( ) Não mudou

As sua relação com os colegas de trabalho e com a gestão da escola, após o curso:
( ) Melhorou
( ) Melhorou bastante
( ) Sempre me relacionei bem com colegas e gestores
( ) Continua a mesma

Você percebeu mudança de postura dos Colegas e Gestores da sua Escola para com você, após perceberem que estava cursando um Curso Técnico Profissionalizante, na sua área de atuação?
( ) Sim ( ) Não
Justifique a sua resposta:

Quanto aos Encontros Presenciais semanais obrigatórios nos cursos do Profuncionário, escolha uma resposta que mais se adeque a sua posição:
( ) São desnecessários já que o curso é na modalidade EaD
( ) São bons porque podemos conviver com os colegas e conhecer outras pessoas
( ) São essenciais para quem estuda a distância, pois é momento de encontro, de sanar dúvidas e resolver pendências
( ) Não faz diferença nenhuma para quem quer estudar

Das atividades realizadas nos encontros presenciais do curso, assinale as 3 opções que você considera mais significativas?
( ) Assistir vídeos
( ) Lanches coletivos
( ) Realizar atividades e aprender em conjunto com colegas e professora mediadora presencial
( ) Debates e socialização de ideias.
( ) Realização de atividades na plataforma (moodle)

Aponte 3 (três) progressos e/ou aprendizados que você teve ao longo do curso e que a seu entender, fizeram e fazem a diferença na sua vida:
( ) Mais domínio do uso dos computadores e recursos de mídia
( ) Mais facilidade para compreender conteúdos e textos
( ) Continuo com as mesmas dificuldades pessoais e profissionais
( ) Senti poucos avanços tanto na formação, como em relacionamento com meus colegas.
( ) O curso serviu de estímulo para eu continuar estudando
( ) O curso proporcionou-me uma visão geral da escola (meu local de trabalho)
( ) Atualmente percebo a relevância do meu trabalho no contexto escolar
( ) Sinto-me orgulhoso por estar estudando e melhor preparado profissionalmente
( ) Percebo que as pessoas me valorizam como profissional

Você participa do Conselho Escolar e/ou C P M da sua escola:
( ) Sim, agora estou participando
( ) Não, não gosto de participar
( ) Sempre participo dessas comissões
( ) Já participei, mas no momento não participo

Comente algum conteúdo estudado neste curso, que você conseguiu colocar em prática no dia a dia de trabalhador da educação:

Durante o curso, você percebeu que os assuntos e/ou conteúdos estudados, por vezes se repetiram? Essa dinâmica adotada pela organização didática do Profuncionário faz com que o estudante reflita sobre a realidade escolar, por diversos ângulos. Como você se posiciona a esse respeito:
( ) Acredito que não influiu no meu aprendizado
( ) Foi chato e cansativo rever assuntos e conteúdos
( ) Pude perceber realidades da escola, por dimensões que não havia percebido antes
( ) Me fez repensar a prática diária e perceber as atividades da escola com outro olhar
( ) Dessa forma o contexto escolar é estudado com profundidade
( ) Pude desenvolver minha criticidade, estudando a escola e sua organização por vieses distintos

O curso proporcionou que você desenvolvesse habilidades e competências para aliara Teoria com a sua Prática Profissional, por meio das PPS. Como foi essa experiência. Relate:

Você indicaria o curso Técnico em Multimeios Didáticos ou outro do Programa Profuncionário, para seus colegas realizarem;
( ) sim, porque estudar na EaD é bom
( ) Não, existem outros cursos melhores na área
( ) Com certeza, pois é um curso ótimo
( ) Sim, todos os funcionários de escolas deveriam fazer esses cursos

Você acredita que no decorrer do curso, você contribuiu para que seus colegas construíssem novos conhecimentos? Comente a sua resposta, relatando e/ou explicando:

Após o curso, você mudou de postura, frente às dificuldades e ou tarefas, em seu ambiente de trabalho? Escreva sobre essa mudança de postura ou sobre porque ela não ocorreu:

Você considerou a escrita do Memorial Reflexivo, como:
( ) Um processo de revisão da minha trajetória de vida e de profissional
( ) Momento para rever atitudes e escolhas profissionais e de vida
( ) Serviu para perceber o quanto eu evolui como ser humano e profissional
( ) Rever o caminho percorrido, me fortaleceu enquanto pessoa, pois possibilita constatações e mudança de ação, a qualquer tempo.

Atualmente, você se sente um educador? Explique o que faz você sentir-se assim:

Cite alguns motivos que seus colegas de turma, mencionaram ser determinantes para que eles tenham desistido desta formação técnica.

O que você sugere que seja diferente em um próximo curso do Profuncionário?